JORNALISMO & JORNALISTAS

Diretora: Maria Flor Pedroso >> **JJ** é uma edição quadrimestral do Clube de Jornalistas >> n.º 82 Outubro/Dezembro 2023 >> 2,50 Euros

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

LIBERDADE DOS MEDIA: O DEBATE (É)EUROPEU

ATUALIDADE
CRISE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

JANELAS PARA O MUNDO
MANUEL DE ALMEIDA

HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
QUANDO A SOLUÇÃO ESTÁ EM CÓDIGO...

MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA EM PERIGO

Prémios Gazeta 2022

APOIO LISBOA

MÉRITO	TELEVISÃO	RÁDIO	IMPRENSA	MULTIMÉDIA	FOTOGRAFIA	REVELAÇÃO	IMPRENSA REGIONAL
Ana Sousa Dias	Amélia Moura Ramos	Paula Borges	Miguel Carvalho e Pedro Caldeira Rodrigues	Inês Rocha	João Porfírio	Daniel Dias	Mensageiro de Bragança

8.ª EDIÇÃO

PRÉMIO
JORNALISMO EM SAÚDE

APIFARMA e Clube de Jornalistas lançam 8.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde

Candidaturas até 31 de Janeiro de 2024

As candidaturas são submetidas através do endereço eletrónico cj@clubedejornalistas.pt até às 00h00 de 31 de janeiro de 2024. O esclarecimento de dúvidas relacionadas com o Prémio APIFARMA/Clube de Jornalistas deverá ser feito através do mesmo endereço eletrónico.

Iniciativa

apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Gestão e Organização

Clube de Jornalistas
PRESS CLUB

N.º 82 OUTUBRO/DEZMBRO 2023

Diretora Maria Flor Pedroso

Diretores-adjuntos Eugénio Alves
Paulo Martins

Conselho Editorial Fernando Cascais
Fernando Correia
Francisco Mangas
José Carlos de Vasconcelos
Manuel Pinto

Grafismo José Souto

Secretária de Redação Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Ana Filipa Martins, André Filipe Tenente, Carla Martins, Carlos Camponez, dualgo, Eugénio Alves, Filipe Santa-Bárbara, Gonçalo Pereira Rosa, Inácio Ludgero, Isabel Nery, João Miguel Rodrigues, Luís Filipe Simões, Luís Taklim, Luiz Humberto Marcos, Manuel de Almeida, Mário Antunes, Mário Rui Cardoso, Matide Paço, Miguel Silva, Nuno Viegas, Paulo Martins, Paulo Pimenta e Rosana Sousa.

A ortografia dos artigos publicados nesta revista corresponde à opção dos respetivos autores.

Propriedade CJ - CLUBE DE JORNALISTAS
Direção: Maria Flor Pedroso (presidente); Cesário Borga e Francisco Belard (vice-presidentes); Alexandra Machado, Eva Henningsen, Patrícia Fonseca e Rui Cardoso (vogais)
NIF/NIPC: 501419462
Número de registo do título: 127899
Estatuto Editorial disponível em: www.clubedejornalistas.sapo.pt

Impressão Imprensa Nacional
Casa da Moeda, SA
Avenida de António José de Almeida
1000-042 LISBOA

A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios:
- Casa da Imprensa
- Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Fundação Inatel

Dep. Legal: 146320/00
ISSN: 0874 7741
Preço: 2,50 Euros

Tiragem deste número 2.300 ex.

Editora Patrícia Fonseca
R. das Trinas, 127, R/C
1200-857 Lisboa

Redação, Distribuição, Venda e Assinaturas Clube de Jornalistas
R. das Trinas, 129
1200-857 Lisboa
Telef. - 213965774
e-mail:
cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS E AOS ASSOCIADOS DA CASA DA IMPRENSA
PERIODICIDADE QUADRIMESTRAL

SUMÁRIO

6 PRÉMIOS GAZETA 2022
Ana Sousa Dias arrebatou o Prémio de Mérito, que mais uma vez distinguiu o bom Jornalismo em diversas categorias. O Prémio Imprensa Regional coube ao Mensageiro de Bragança.

10 ANÁLISE
REGULAMENTO LIBERDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
A JJ dá o seu contributo para a reflexão sobre um regulamento da União Europeia cujo processo legislativo ainda está em curso.
- Uma lei para proteger "o maior mercado único democrático do mundo" **Carla Martins**
- Pintar as fachadas da ruína: censura, subordinação e omissão **Nuno Viegas**

24 ATUALIDADE
ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Uma crise que se arrasta e ganha novos contornos. N'*A Bola*, no *Jornal de Notícias*, na TSF, no Global Media Group em geral, crescem as preocupações. A profissão de jornalista está sob ameaça.
- Crise não é do Jornalismo, é do modelo de negócio **Luís Filipe Simões**
- Fotojornalismo, linguagem em vias de extinção **Luís Filipe Simões e João Miguel Rodrigues**
- Luta em defesa da "inesgotável paixão pela rádio" **Filipe Santa-Bárbara**
- Profissão ameaçada **Isabel Nery**
- Museu Nacional da Imprensa em perigo **Luiz Humberto Marcos**

36 UM DIA NA REDAÇÃO
SUL INFORMAÇÃO
- Há 12 anos com a missão de servir a comunidade **Rosana Sousa**

39 ENTREVISTA
ANA SOUSA DIAS
- "Nunca tive feitio para me pôr com protagonismos" **Eugénio Alves e Paulo Martins**

46 JANELAS PARA O MUNDO
- Uma vida ao serviço da agência **Manuel de Almeida**

52 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
- Quando a solução está em código… **Gonçalo Pereira Rosa**

59 JORNAL - NOTÍCIAS
- Abertas candidaturas ao Prémio Vicente Jorge Silva
- 5.º Congresso marcado para janeiro

60 JORNAL - SITES
- As "bolsas mágicas" 2023/2024 **Mário Rui Cardoso**

64 JORNAL - LIVROS

Assine a JJ

JJ – *Jornalismo e Jornalistas*
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os três números que editamos por ano, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● recensões ● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital ● Fotojornalismo ● Cartunismo

Ao longo de mais de 20 anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO & JORNALISTAS

Assinatura anual > 3 números: > 7,5 Euros

(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../.....
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a **JJ** com início no nº .....
Para o respectivo pagamento: IBAN do Clube de Jornalistas **PT50 0035 0391 00011886230 46** – Caixa Geral de Depósitos >> Deve ser enviado comprovativo de pagamento para **cj@clubedejornalistas.pt**
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

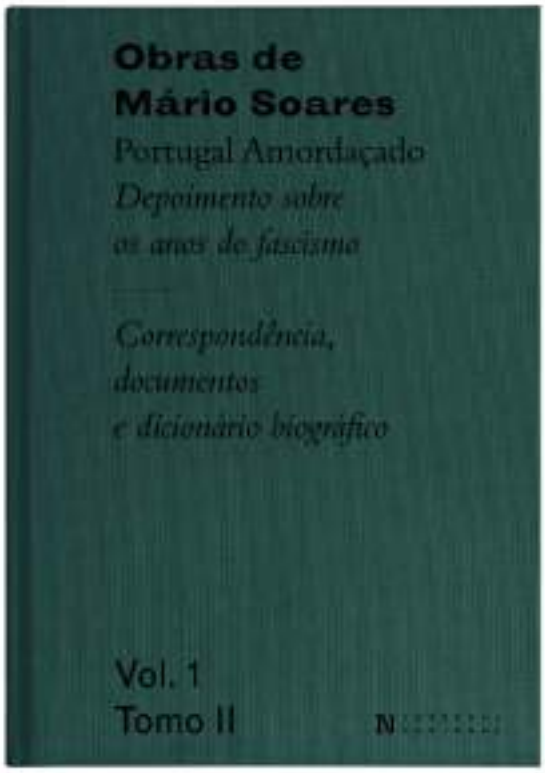
Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

incm.pt
imprensanacional.pt
loja.incm.pt

PORTUGAL AMORDAÇADO, O PREFÁCIO DO PAÍS DEMOCRÁTICO

A coleção «Obras de Mário Soares» acaba de acolher ***Portugal Amordaçado – Depoimento sobre os anos do fascismo***, um dos mais importantes testemunhos da luta contra o regime de Salazar e um título central na vasta bibliografia do seu autor: Mário Soares.
Há muito esgotada, esta é uma edição crítica composta por dois tomos, incluindo uma extensa correspondência inédita que Soares recebeu e enviou sobre este livro. Conta também com um ensaio do historiador Fernando Rosas, uma história da obra, da autoria dos historiadores Pedro Marques Gomes e Teresa Leitão, e um dicionário biográfico de personalidades e acontecimentos.
A coleção «Obras de Mário Soares» conta com coordenação de José Manuel dos Santos, e chancela Imprensa Nacional, a marca editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



INCM
IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

IMPRENSA NACIONAL

Prémios Gazeta 2022

Clube de Jornalistas

O Prémio Gazeta de Mérito 2022, atribuído a Ana Sousa Dias, distingue a qualidade e diversidade de uma longa carreira jornalística. Amélia Moura Ramos conquistou o Prémio de Televisão e Paula Borges o de Rádio. Na Imprensa, Miguel Carvalho e Pedro Caldeira Rodrigues partilham o galardão. Inês Rocha (Multimédia), João Porfírio (Fotografia) e Daniel Dias (Revelação) completam o elenco de premiados, num concurso ao qual foi apresentada quase uma centena de trabalhos. O prémio de Imprensa Regional, da responsabilidade da Direção do Clube de Jornalistas, coube ao *Mensageiro de Bragança*.

INÁCIO LUDGERO

COMPOSIÇÃO DO JÚRI

O Júri dos Prémios Gazeta 2022 teve a seguinte composição: Eugénio Alves (CJ), que presidiu, Cesário Borga (CJ), Eva Henningsen (Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal), Elizabete Caramelo (professora universitária), Fernando Cascais (professor universitário e formador do Cenjor), Jorge Leitão Ramos (crítico de cinema e televisão), José Rebelo (professor emérito do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), Inácio Ludgero (fotojornalista), Dina Soares (jornalista) e Paulo Martins (jornalista e professor universitário).

GAZETA DE MÉRITO

Ana Sousa Dias
PORTUGUESA SUAVE

Não há meio de descobrir um meio (de comunicação) que Ana Sousa Dias desconheça. Trabalhou na Imprensa, na rádio, na agência, no digital e em televisão. Uma robusta carreira, avessa a vedetismos.

Paulo Martins Texto **Inácio Ludgero** Fotografia

Há contradição entre ser o rosto do programa "Por outro lado", que no início do século marcou em Portugal a entrevista televisiva, e admitir que do que mais gosta é escrever e fazer rádio? Não, de todo. Ana Sousa Dias, que faz essa confidência em entrevista publicada nesta edição da JJ, entrega-se com o mesmo entusiasmo – e a mesma qualidade – a todos os desafios profissionais. Quando foi convidada para a RTP, aos 44 anos, já tinha maturidade mais do que suficiente para ser imune a tentações de "estrelato", que aliás não casam com a sua maneira de ser.

Ana Sousa Dias, Prémio Gazeta de Mérito 2022, nasceu em 1956, em Lisboa. Após um curto estágio na *Vida Rural*, no "quente" ano de 1975, lançou-se a sério no Jornalismo, deixando para trás a formação académica – chegaria a frequentar o 1º ano da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, na Faculdade de Letras de Lisboa, mas numa fase da vida em que a imersão nas redações já lhe traçara o destino.

O seu vastíssimo currículo atesta a diversidade de experiências. Redatora de *o diário* (1976-1988), colaboradora do *Expresso* (1988-1889) e grande repórter do *Público* (1989-1996), conduziu em 1999 neste jornal, após um período de participação na equipa que preparou a Expo'98, a série de entrevistas "Testemunhas do século". O salto para a televisão ocorreu em 2001. Sem "rede", mas com sucesso, reconhecido em 2003, com a atribuição do então designado Grande Prémio Gazeta, pelo programa "Por outro lado", na RTP 2, que até 2007 ultrapassaria as 350 entrevistas. O júri apreciou o seu "registo sóbrio, calmo e contido" e a "discreta cumplicidade" com os interlocutores. Em 2020, num curto depoimento para o podcast "O lugar da mediação", Ana Sousa Dias revelou que é essa é a palavra-chave do seu trabalho: "As pessoas sentirem-se de alguma maneira cúmplices".

Aberto o campo do audiovisual, assumiu em 2005 e 2006 o programa semanal da RTP 1 "As escolhas de Marcelo Rebelo de Sousa" e apresentou na 2, em 2007, a série "O Meu Bairro", de Vicente Jorge Silva e João Cayatte. Por essa altura, envolveu-se em programas na Antena 1, Antena 2, Rádio Clube Português e TSF. Editora de Cultura da Agência Lusa de 2009 a 2011, passou nesse ano para o grupo Global: primeiro como subdiretora do *Jornal de Notícias*, depois do *Diário de Notícias*, de cuja redação saiu em 2018.

A sua assinatura em artigos em revistas dispersa-se por quase duas dezenas – *Focus*, *Egoísta*, *Ler*, *Máxima*, *Sábado* e *Visão*, entre outras – e surge também nas que acompanham jornais, como na rubrica "O que eu sei sobre os homens/O que eu sei sobre as mulheres", mantida na *Pública* de 2008 a 2011 e convertida em livro. Colaborou ainda no suplemento cultural do jornal espanhol *ABC* e em publicações das fundações Gulbenkian e Eugénio de Almeida.

A profissional cujo saber se exprimiu como docente nas universidades Independente e Autónoma associou o nome a múltiplas atividades na área da cultura – textos para catálogos de exposições e DVD de filmes, funções de comunicação na Fundação José Saramago e no Lisbon & Estoril Film Festival (com carteira profissional suspensa), curadoria do Prémio Oceanos de literatura em língua portuguesa (2018) e do Festival Literário Internacional de Óbidos, em 2019 e 2021.

É atualmente provedora do telespetador. No exercício do cargo, tão exigente quanto sensível, gostaria de contribuir, como confessou no ano passado em entrevista à própria RTP, para que os telespetadores aprendessem a ver o que está por trás do ecrã, como funciona a televisão pública, tantas vezes alvo de críticas.

GAZETA DE TELEVISÃO

AMÉLIA MOURA RAMOS

Nascida em Lisboa em 1968, entrou no Jornalismo pela porta do curso de formação do Cenjor. Estagiária no *Correio da Manhã*, em 1991, é nessa condição que no ano seguinte se envolve no projeto de fundação da SIC, onde permanece há 31 anos. Fez parte das equipas de vários programas de informação – nos últimos cinco anos, de forma mais permanente, no "Grande Reportagem". Venceu o Grande Prémio Gazeta de 2000 e o Gazeta de Televisão de 2011.

A reportagem "A roupa dos brancos mortos", emitida no Jornal da Noite da SIC de 12 de maio de 2022, foi realizada no Gana e em Portugal. Revela o circuito do vestuário que depositamos para caridade. Um sistema de transação de roupa que o Ocidente deita fora, com muito para desvendar. Paulo Cepa (repórter de imagem), Luís Gonçalves (editor de imagem), Pedro Morais (grafismo), Diana Matias e Ângela Rosa (produção editorial) integraram a equipa.

GAZETA DE IMPRENSA

MIGUEL CARVALHO E PEDRO CALDEIRA RODRIGUES

Jornalista há 34 anos, Miguel Carvalho nasceu no Porto em 1970. Cursou Radiojornalismo no Centro de Formação de Jornalistas do Porto. Trabalhou no *Diário de Notícias* (1989-1997), n'*O Independente* (1997-1999) e na *Visão* (1999-2023). Venceu o Prémio Orlando Gonçalves de Jornalismo, em 2008 e 2020, e o Grande Prémio Gazeta, em 2009. É autor de sete livros. "Quando Portugal ardeu", sobre a rede bombista de extrema-direita do pós-revolução, e "Amália – Ditadura e revolução, a história secreta" somam já 11 edições.

Pedro Caldeira Rodrigues, natural de Lisboa (1958), é licenciado em História e mestre em História e Cultura Europeia Contemporâneas. Foi professor do ensino básico e secundário antes de integrar como estagiário, em 1989, a equipa fundadora do *Público*. Especialista na área internacional, faz parte da redação da Agência Lusa desde 2010. Colaborador da *Visão História*, é autor de vários livros e ensaios, em particular sobre os Balcãs ocidentais, Grécia, Turquia e Leste europeu.

Miguel Carvalho assinou na Visão *uma corajosa reportagem – "O braço armado do Chega", publicada em 17 de novembro de 2022 – sobre a militância e o ativismo de membros de forças de segurança (PSP e GNR) no partido Chega, proibidos por lei. Pedro Caldeira Rodrigues é autor de um conjunto de reportagens divulgadas pela Lusa, sob o título genérico "Chove em Kiev", sendo as primeiras anteriores à invasão russa, fundamentais para contextualizar a situação e compreender a natureza do conflito.*

GAZETA DE RÁDIO

PAULA BORGES

Jornalista desde 1993, trabalhou na SIC-Notícias e na produtora D&D-Audiovisuais. Atualmente na equipa da RDP-África, realizou reportagens em países africanos lusófonos, algumas das quais premiadas. É licenciada em Comunicação Social e pós-graduada em Relações Internacionais. Foi bolseira da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e concluiu a especialização em Assuntos Africanos e o curso de Segurança e Defesa para Jornalistas no Instituto de Defesa Nacional.

"Na arte de resistir – Somos Moçambique", reportagem emitida pela RDP-África em 2 e 4 de novembro de 2022, centra-se na identificação das soluções para a recuperação de zonas atingidas por catástrofes naturais e conflitos. Da equipa, que visitou várias regiões do país, fizeram também parte o jornalista moçambicano Orfeu de Sá Lisboa e o sonorizador Paulo Cavaco.

GAZETA DE MULTIMÉDIA

INÊS ROCHA

Jornalista da secção de podcasts do *Público*, que passou a integrar este ano, nasceu no Porto, em 1991. Passou pela redação da Rádio Renascença, onde foi editora de Multimédia e assinou várias reportagens premiadas. É coautora do livro "Portugal, paraíso das criptomoedas", que partiu de um podcast da Renascença sobre o mesmo tema.

A investigação "Quis saber se o RGPD funciona. Então, fiz 'download' da minha vida" foi publicada pela Rádio Renascença em 19 de abril de 2022. Foram

questionadas cerca de 70 empresas sobre que dados guardam dos cidadãos e como os tratam. O exercício revelou uma relação frágil entre empresas, Estado português e leis europeias de proteção de dados.

GAZETA DE FOTOGRAFIA

JOÃO PORFÍRIO

Natural de Portimão, estudou Jornalismo em Lisboa. Aos 28 anos, é editor de Fotografia e fotojornalista do *Observador*, após passagens pela Lusa, o semanário *Sol* e o *Jornal i*. Cobriu as eleições nos Estados Unidos e no Brasil, e a guerra na Ucrânia. Venceu o Prémio Estação Imagem (2019 e 2021), na categoria de Notícias. Em 2022, integrou a equipa do jornal distinguida com o prémio Gabo, o mais importante do Jornalismo ibero-americano, na categoria de Imagem.

O conjunto de imagens enquadradas na reportagem "Ucrânia – Os primeiros 75 dias de guerra", divulgadas no Observador *entre 24 de fevereiro e 13 de junho de 2022, espelha o acompanhamento, a par e passo, da fase inicial do conflito bélico com a Rússia, que ainda está em curso.*

GAZETA REVELAÇÃO

DANIEL DIAS

Nascido em 1998 em Gaia, é jornalista do *Público* desde 2020. Embora ligado à secção de Cultura, integrou a equipa fundadora do Azul, projeto editorial dedicado à crise climática. Em 2022, foi coautor do volume 9 da edição especial da *Cadernos do Rivoli*, comemorativa do 90.º aniversário da sala de espetáculos portuense. Colaborou nas revistas *MIL Magazine* e *Humanista*, da Amnistia Internacional.

A reportagem "Há caçadores de água da neblina que querem criar novas florestas em Portugal", cujo texto assinou, foi publicada a 10 de novembro de 2022 no Público. *Incide num projeto ibérico de recuperação de territórios afetados por incêndios, que está a ser desenvolvido em Carregal do Sal. A fotografia e o vídeo são da autoria de Tiago Bernardo Lopes.*

PRÉMIO IMPRENSA REGIONAL

Mensageiro de Bragança

Informação com valores cristãos

Fundado a 1 de janeiro de 1940 pelo bispo de Bragança-Miranda, D. Abílio Vaz das Neves, o *Mensageiro de Bragança*, este ano contemplado com o Prémio Gazeta de Imprensa Regional, é ininterruptamente editado desde então. Ao primeiro diretor, o cónego Manuel Nunes Formigão, sucederam-se 19 até ao atual, António Gonçalves Rodrigues. Quinzenário no início, fixou a periodicidade semanal em 1950, ano em que se tornou propriedade da Diocese – hoje é de uma fundação.

Desde o lançamento, a principal preocupação do *Mensageiro* é informar sobre a atualidade regional e, ao mesmo tempo, transmitir valores cristãos, servindo muitas vezes de elo de ligação da região ao país e aos portugueses espalhados pelo mundo. A abertura à sociedade faz parte da sua missão. Mantendo a imparcialidade que o Jornalismo requer, adota uma linha editorial positiva, visando estimular "o desenvolvimento da região e o cultivo de valores humanos e cristãos, ao invés de explorar o lado miserabilista", como afirmam os seus responsáveis.

A história do mais antigo jornal do Nordeste Transmontano regista três momentos essenciais. Em 1958, era conhecido pela qualidade literária e pelas polémicas em que se envolvia a nível regional. No período pós-25 de Abril, conseguiu manter-se "como espaço de debate político e difusão das inquietações revolucionárias". A partir de 1980, consolidou a dimensão empresarial, dotando-se de novas instalações e equipamentos e alargando o quadro de funcionários.

Membro da direção da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã desde 2018, o *Mensageiro de Bragança* contou entre os colaboradores regulares com nomes como o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, os deputados Adão Silva e Edite Estrela, o professor e político Adriano Moreira ou o escritor Ernesto Rodrigues.

ANÁLISE

REGULAMENTO LIBERDADE DOS DE COMUNICAÇ

Garantir", no domínio dos *media*, a proteção do "maior mercado único democrático do mundo ou criar mecanismos que, ainda que bem-intencionados, podem produzir efeitos contrários aos pretendidos? O Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social, cujo processo legislativo está em curso na União Europeia, é objeto de reflexão nas páginas que se seguem, em artigos assinados por Carla Marins e Nuno Viegas. Para estimular um debate a que os jornalistas não podem ficar indiferentes.

MEIOS
ÃO SOCIAL

GUILLAUME PERIGOIS-UNSPLASH

UMA LEI PARA PROTEGER "O MAIOR MERCADO ÚNICO DEMOCRÁTICO DO MUNDO"

Carla Martins *

Encontra-se desde meados de outubro em fase de trílogo - entre Comissão, Conselho e Parlamento Europeu - a proposta de Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social. Trata-se de uma legislação inédita ao nível europeu sobre a liberdade, a independência e o pluralismo dos *media* e uma das iniciativas-bandeira da presidente Ursula von der Leyen para proteger "o maior mercado de *media* democrático do mundo", na expressão do comissário Breton. As negociações, sensíveis, complexas e aceleradas, prosseguem tendo em vista a redação final antes de concluído o mandato europeu. A proposta lida com pontos controversos, como a criação de um regulador de *media* europeu, a proteção dos jornalistas e das suas fontes, e a relação entre *media* e plataformas online de muito grande dimensão.

A proposta do Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social (em inglês, European *media* Freedom Act ou EMFA) foi adotada pela Comissão Europeia a 16 de setembro de 2022. Pela primeira vez, procura legislar-se, a nível europeu, sobre matérias da competência, até à data, exclusivas dos estados-membros.

A proposta de EMFA consiste numa das iniciativas da Comissão que a presidente Ursula von der Leyen lançou no seu discurso do Estado da União de 15 de setembro de 2021, a par de uma recomendação para reforçar a proteção dos jornalistas. Na ocasião, von der Leyen declarou: "A informação é um bem público. Temos de defender os defensores da transparência, as mulheres e os homens jornalistas. Por esse motivo, apresentamos hoje uma recomendação no sentido de melhorar a proteção dos jornalistas. E devemos travar todos aqueles que ameaçam a liberdade dos meios de comunicação social. (…) A sua independência é fundamental. É por isso que a Europa precisa de uma lei que garanta essa independência".

O executivo europeu procurou com esta ação responder a preocupações crescentes relacionadas com o agravamento dos ataques aos jornalistas, o declínio da independência e do pluralismo dos meios de comunicação social e a falta de transparência da propriedade dos *media* em vários estados-membros. Estes aspetos são documentados anualmente nos relatórios europeus sobre o Estado de Direito e Media Pluralism Monitor.

A liberdade, independência e pluralismo dos meios de comunicação são perspetivados como valores fundamentais das sociedades democráticas, consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Aquando da adoção da proposta de EMFA, a vice-presidente da Comissão Europeia para os Valores e a Transparência, Vera Jourová, enfatizou que esta legislação "estabelece princípios claros: nenhum jornalista deve ser alvo de espionagem devido ao seu trabalho; nenhum meio público deve ser convertido num canal de propaganda". No mesmo contexto, Thierry Breton, comissário para o Mercado Interno, definiu a União Europeia como "o maior mercado único democrático do mundo".

Nova legislação desafia o equilíbrio entre o âmbito de competências nacionais e europeias. Não são de ignorar os riscos de dispersão normativa e de incoerência do ecossistema regulatório

Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual exprimiu preocupação quanto à independência efetiva do novo órgão em relação à Comissão Europeia. Na mesma linha se pronunciou o regulador português

POLÍTICA DE MEDIA AMPLA

O primeiro esboço da nova legislação foi precedido, entre outros atos, por uma consulta pública, no primeiro trimestre de 2022, pela qual se evidenciaram apreensões com garantias insatisfatórias de independência e pluralismo dos media, falta de transparência da propriedade e dispersão das normas aplicáveis às operações de mercado.

A proposta da Comissão Europeia, adotada cerca de meio ano após esta

FLICKR

Proposta de EMFA foi lançada em 2021 pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen

consulta, assenta numa abordagem por princípios e plasma um quadro legal comum para a proteção do pluralismo e da independência dos meios de comunicação na União Europeia. A designação formal é precisamente "Regulamento que estabelece um quadro comum para os serviços de comunicação social no mercado interno". Distintamente das diretivas, que obrigam a uma transposição, os regulamentos são diretamente aplicáveis nos estados-membros.

Esta nova legislação desafia o equilíbrio entre o âmbito de competências nacionais e europeias e traz para um novo patamar a necessidade de alcançar a coerência entre os diplomas europeus com incidência nos setores dos *media* e do audiovisual, além da conexão com o mosaico dos quadros normativos de cada estado-membro. Não são de ignorar os riscos de dispersão normativa e de incoerência do ecossistema regulatório.

A proposta é composta por 54 considerandos e 28 artigos. Adota uma ampla perspetiva de política de media, abarcando todo o ecossistema informativo, já que afeta, por um lado, as empresas de *media* e os jornalistas como provedores de informação, e, por outro, os destinatários dessa informação. A proposta também abarca todos os tipos de *media* e o conteúdo dos serviços mediáticos disponibilizado nas grandes plataformas online.

A proposta cobre uma grande diversidade de temas. O EMFA procura melhorar as estruturas de cooperação entre autoridades reguladoras de *media* e mapear a proveniência de interferências, públicas ou privadas, sobre a propriedade, a gestão e o financiamento dos media (Cabrera Blázquez, 2022, pp. 2-3).

Entre o vasto leque de assuntos tratados, inclui-se a proteção da independência editorial; a garantia de que os *media*, os jornalistas e as suas famílias não são alvo de espionagem; a existência de um serviço público de *media* independente; avaliações do impacto de concentrações de mercado no pluralismo e na independência editorial; a transparência da publicidade do Estado; e a proteção dos conteúdos mediáticos online.

Uma das principais novidades do EMFA é a criação do Comité Europeu dos Serviços de Comunicação Social - em inglês, European Board for Media Services, ou Board -, a integrar pelas autoridades reguladoras de *media* nacionais. O Board deverá suceder ao Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual (European Regulators Group for Audiovisual Media Services, ERGA), originalmente estabelecido em 2014 como expert group da Comissão Europeia. Congrega as autoridades reguladoras nacionais dos 27 estados-membros.

BOARD DEVE SER INDEPENDENTE

A constituição do Board ocupa uma extensa parte da proposta - dos artigos 8.º ao 12.º. Caberá a este organismo a

FLICKR

Daphne Caruana Galicia, jornalista maltesa, foi assassinada. Ataques a profissionais entre as preocupações que deram origem ao processo legislativo em curso

Vera Jourová tem defendido que são estabelecidas garantias de que "nenhum jornalista deve ser alvo de espionagem devido ao seu trabalho"

aplicação do EMFA, bem como de certas disposições da Diretiva dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual (o que já sucede com o ERGA).

Na proposta original, as funções do Board passariam essencialmente pela emissão de opiniões e pareceres sobre matérias regulatórias, medidas e decisões nacionais que afetam os mercados de *media* e concentrações; a coordenação de medidas para prevenir *media* de países terceiros que comportem riscos para a segurança pública; e a organização de um diálogo estruturado entre plataformas online de muito grande dimensão e o setor dos *media*.

Proposta pressupõe que plataformas online, redes sociais e motores de busca têm um impacto significativo na forma como a informação é processada e partilhada, mas também são fonte de desinformação

Conselho e Parlamento partilharam o entendimento da relevância de um tratamento especial para *media* confiáveis

No fundo, a proposta de EMFA estabelece o Board como um órgão consultivo independente, essencialmente assistindo a Comissão, que se prevê integrar este novo órgão como representante, ainda que sem direito de voto. Porém, desde que a proposta foi conhecida, um dos principais pontos críticos apontados é a antecipação deste estatuto mitigado. O ERGA tem defendido com intensidade o reforço da independência do Board e das próprias autoridades reguladoras nacionais.

Na sua posição inicial sobre a proposta, que remonta a novembro de 2022, o ERGA preconiza que o EMFA deverá prever o máximo de garantias para o funcionamento independente e a tomada de decisões do Board. "Nesta linha, o ERGA gostaria de chamar a atenção para as fraquezas do modelo, como atualmente concebido na proposta de EMFA. As suas principais preocupações prendem-se com o estatuto do Board e a sua independência efetiva em relação à Comissão Europeia".

O ERGA reclama a previsão de o Board agir por iniciativa própria, e não apenas a pedido da Comissão, e também de não ter de procurar o acordo desta última entidade para a redação e adoção dos seus atos e opiniões. Para assegurar o reforço da independência do Board, este deverá contar ainda com um secretariado independente, e não fornecido pela Comissão, como estabelecido atualmente.

Em linha com estas preocupações, em janeiro de 2023 a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que integra o ERGA, tornou pública a sua pronúncia sobre a proposta de EMFA, também manifestando a necessidade de garantir a independência do Board (Deliberação ERC/2023/2, Parecer Leg). O regulador português enfatiza que, na proposta inicial, o EMFA enumera 46 tarefas para o Board, das quais 27 são de alguma forma condicionadas pela Comissão. Declara a ERC no seu parecer: "Subjazem dois princípios fundamentais que será essencial acautelar (…): a) O respeito pelas competências dos reguladores nacionais (…); b) A garantia de que a entidade a criar - o Comité - é efetivamente independente. A possibilidade de o Comité ser direta ou indiretamente

EUROPEAN PARLIAMENT

FLICKR

Parlamento Europeu aprovou a sua posição no passado dia 3 de outubro

controlado, controlável ou pressionável por um qualquer poder político ou económico é a antítese da regulação independente".

A discussão pelos estados-membros ocorreu sob a égide da presidência sueca do Conselho Europeu, o qual estabeleceu a sua posição sobre proposta de EMFA em junho de 2023. O Parlamento Europeu, por seu turno, aprovou a sua posição a 3 de outubro. Ficou responsável pelo parecer a Comissão de Cultura e Educação (CULT), com perto de 300 alterações à proposta original, tendo ainda emitido opiniões a Comissão do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO) e a Comissão das Liberdades Civis (LIBE).

A posição do Conselho da União Europeia reflete os comentários e sugestões dos estados-membros, que se focaram, em larga medida, no equilíbrio entre o envolvimento da Comissão nas deliberações do Board e a necessidade de assegurar a independência deste órgão.

Também o Parlamento Europeu enfatizou a necessidade de reforçar a independência do Board, outorgando-lhe personalidade jurídica e clarificando-se que não recebe instruções de qualquer organismo nacional ou europeu. O Parlamento entende, ainda, que o Board deve ser aconselhado por um *expert group*, composto por representantes dos *media* e das associações europeias do setor.

Correlativamente, a proposta de EMFA contempla (artigo 7.º) que os estados-membros devem assegurar às autoridades reguladoras nacionais recursos financeiros, humanos e técnicos adequados para exercerem as novas funções no quadro da cooperação com um organismo europeu separado e independente. Entre as propostas do Parlamento Europeu avultam, com efeito, as que vão no sentido de reforçar a independência das autoridades reguladores nacionais e os seus recursos.

Atores envolvidos nas negociações procuram equilíbrios entre as obrigações de moderação exercida pelas plataformas e os riscos de restrições ao exercício da liberdade de imprensa

"PRIVILÉGIO MEDIÁTICO" E GRANDES PLATAFORMAS

Outra das novidades do EMFA prende-se com a criação de uma espécie de "privilégio mediático" no ambiente digital - desenvolvido no artigo 17.º da proposta. Tal consiste num sistema de declaração que as plataformas online de muito grande dimensão passarão a disponibilizar aos fornecedores de serviços de comunicação social, que se poderão identificar nessa qualidade e atestar que são editorialmente independentes e estão sujeitos a requisitos regulamentares e normativos no exercício da responsabilidade editorial.

A proposta pressupõe, assim, que as plataformas online, as redes sociais e os motores de busca têm um impacto significativo na forma como a informação é processada e partilhada, ao mesmo tempo que são fonte de desinformação. Por este facto, deverão ser adotadas cautelas para não conferir este "privilégio mediático" a atores que não seguem padrões regulatórios e éticos e que, a coberto de uma "declaração", poderiam constituir-se como canais de propagação de desinformação e de discurso de ódio.

Tanto o Conselho como o Parla-

GOOGLEPLEX

Proposta inclui todos os tipos de *media* e o conteúdo dos serviços mediáticos disponibilizado nas grandes plataformas

mento partilharam o entendimento da relevância de um tratamento especial para *media* confiáveis, no sentido de assegurar o pluralismo também do ambiente online das plataformas de muito grande dimensão. Porém, nas suas posições, ambas as instituições propõem cuidados adicionais a serem observados pelos media, como o respeito por requisitos de transparência da propriedade e o envolvimento dos reguladores de *media* e de organismos de auto ou corregulação na confirmação das declarações.

"Num documento tão estrutural como o EMFA, que visa garantir a liberdade da comunicação social, torna-se paradoxal não haver uma menção expressa aos direitos dos jornalistas e à garantia da sua autonomia", aponta parecer da ERC

Em linha com a legislação europeia para as plataformas online, como o Regulamento dos Serviços Digitais, o EMFA prevê ainda proteções contra a injustificada remoção de conteúdos mediáticos produzidos de acordo com standards profissionais, alegando-se que tal conteúdo é contrário às políticas da plataforma. A plataforma tem o dever de informar sobre as razões subjacentes à decisão de remover os conteúdos e as reclamações dos *media* devem ser processadas como prioritárias pelas plataformas.

Também neste aspeto os atores envolvidos nas negociações procuram equilíbrios entre as obrigações de moderação exercida pelas plataformas e os riscos de restrições ao exercício da liberdade de imprensa.

ESPIONAGEM A JORNALISTAS

O ponto relativo à proteção dos jornalistas e das suas fontes é um dos mais sensíveis e difíceis na proposta de EMFA e aquele que, até ao momento, mais ressonância pública conferiu a esta proposta.

A proposta da Comissão enfatiza que o EMFA inclui garantias fortes no sentido de impedir o uso de mecanismos de espionagem contra os media, jornalistas e suas famílias. O artigo 4.º (Direitos dos fornecedores de serviços de comunicação social) determina que os estados-membros devem respeitar a liberdade editorial efetiva dos fornecedores de serviços de comunicação social, não podendo, nomeadamente, "instalar software espião", excetuando-se "motivos de segurança nacional" ou "no decurso de investigações de crimes graves".

A este respeito, a posição do Conselho, que propõe substituir "software espião" por "software intrusivo de

vigilância", é extensa. Por princípio defende-se a proteção dos jornalistas e das suas fontes, mas reconhece-se que a tipificação de possíveis exceções, nomeadamente por razões de segurança nacional e investigação de crimes, requereu amplas discussões entre os estados-membros.

Não se pronunciando especificamente sobre este ponto, a ERC, no referido parecer, aponta a escassa salvaguarda da independência, autonomia e segurança dos jornalistas. Argumenta-se: "Num documento tão estrutural como o EMFA, que visa garantir a liberdade da comunicação social, torna-se paradoxal não haver uma menção expressa aos direitos dos jornalistas e à garantia da sua autonomia".

Num outro prisma, nas discussões no seio do ERGA, uma das propostas da ERC que não teve acolhimento foi a inserção de regras relativas à separação entre conteúdos editoriais e comerciais (artigo 6.º). Para garantir a independência das decisões editoriais individuais, argumenta a ERC, o regulamento "deve incluir, entre outras, normas específicas para prevenir a contaminação política ou comercial dos conteúdos editoriais (…). Atualmente, as pressões comerciais sobre o conteúdo editorial são crescentes e assumem diferentes formas".

HARMONIZAR AVALIAÇÃO DO PLURALISMO

Uma das áreas a convocar mais reflexão na proposta é a necessidade de clarificar as regras aplicáveis a operações de concentração e os modelos de avaliação do impacto sobre o pluralismo (artigos 21.º e 22.º). O Conselho, na sua posição, propôs alterações para limitar o âmbito das provisões relacionadas com as concentrações do mercado dos *media* àquelas que potencialmente poderão afetar o mercado interno.

Conforme o parecer da ERC, "a aprovação do EMFA poderá reforçar a necessidade de aprovar em Portugal legislação específica sobre a concentração nos meios de comunicação social *vis a vis* a promoção do pluralismo, que estabeleça, de forma transparente e objetiva, os indicadores legais utilizados para aferir o risco da operação de concentração, no que toca ao pluralismo e à independência dos media".

Ainda assim, subsistem dúvidas do regulador português sobre em que operações se justificará a intervenção do Board, mais ainda se reforçando a ideia de que deverá existir independência face à Comissão na emissão de pareceres. Na sua posição, o Parlamento Europeu entende ser fundamental assegurar que o Board possa emitir uma opinião por sua iniciativa sobre estas operações e não exclusivamente a pedido da Comissão.

Os colegisladores encontram-se desde meados de outubro na designada fase de trílogo, baseada em negociações reservadas e das quais se espera que resulte um texto final. A expetativa é que o regulamento seja aprovado ainda no atual mandato europeu, que termina em 2024, ano de eleições para o Parlamento Europeu.

A 2 de outubro, na véspera da votação da posição do Parlamento Europeu sobre a proposta de EMFA, 14 associações representativas do setor europeu dos media, público e privado, exortaram a que o documento final não se desvie do parecer da Comissão de Cultura e Educação. Neste contexto, afirmaram: "Embora esperássemos mais ambição em diversas questões, incluindo a proteção dos jornalistas e das suas fontes, (…) entendemos que o texto sobre a mesa é o resultado de compromissos difíceis. Encorajamos, portanto, todos os eurodeputados e grupos políticos a apoiarem o pacote de compromisso CULT durante a votação em plenário". JJ

---

* *Membro do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicaçação Socia e investigadora do ICNova - Instituto de Comunicação da NOVA*

REFERÊNCIAS

- Associações de *media*, MEPs: media sector calls on you to support the CULT compromisse package in EMFA plenary vote, 2-10-2023.
- Cabrera Blázquez F. J., The proposal for a European Media Freedom Act, European Audiovisual Observatory, Strasbourg, 2022.
- Comissão Europeia, Estado da União 2021, 14-9-2021.
- Comissão Europeia, Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro comum para os serviços de comunicação social no mercado interno (Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social) e que altera a Diretiva 2010/13/EU, 16-9-2022.
- Comissão Europeia, European Media Freedom Act: Commission proposes rules to protect media pluralism and independence in the EU, 16-9-2022.
- Conselho da União Europeia, Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a common framework for media services in the internal market (European Media Freedom Act) and amending Directive 2010/13/EU ? Mandate for negotiations with the European Parliament, 21-6-2023.
- ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Deliberação ERC/2023/2 (Parecer Leg), de 11 de janeiro, Regulamento União Europeia sobre a liberdade dos meios de comunicação social - consulta - pedido da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
- European Regulators Group for Audiovisual Media Services, Proposal of the Commission for a European media Freedom Act (EMFA), ERGA position, November 2022.
- European Regulators Group for Audiovisual Media Services, European media Freedom Act (EMFA), ERGA recommendations for EMFA trilogies, October 2023.
- Parlamento Europeu, Amendments adopted by the European Parliament on 3 October 2023 on the proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council establishing a common framework for media services in the internal market (European media Freedom Act) and amending Directive 2010/13/EU (COM(2022)0457 - C9-0309/2022 - 2022/0277(COD)).

PINTAR AS FACHADAS DA RUÍNA: CENSURA, SUBORDINAÇÃO E OMISSÃO

Nuno Viegas * Texto **dualgo** Ilustrações

À porta fechada, nos meandros burocráticos da União Europeia, o Parlamento, o Conselho e a Comissão negoceiam desde outubro um quadro para a defesa da liberdade e do pluralismo dos *media*. Previsivelmente, será tão eficaz declarar aí uma imprensa livre quanto tem sido proclamar os tribunais independentes: quem na União Europeia queira ser uma ditadura, sê-lo-á, com ou sem multas.[1] Não se pode por decreto proibir a interferência editorial, como não é possível banir uma gripe.

Conhecendo esta ineficácia sistémica, e explicando a própria Comissão na sua proposta de Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social que "a proteção da liberdade editorial é uma condição prévia" para se exercer a atividade dos *media* (considerando n.º 14), seria lógico que se optasse por empoderar as redações: dar a jornalistas condições materiais para serem independentes. O Jornalismo precário nunca poderá ser Jornalismo livre. Quem teme falhar a renda não é livre de denunciar violações deontológicas mandatadas pela hierarquia editorial. A direção de informação sem dinheiro para contratar jornalistas não é livre de definir a sua cobertura. Garantir a estrutura económica para a digna produção jornalística seria a previsível condição sine qua non deste regulamento. Optou-se, ao invés, por pintar as fachadas da ruína.

A LEGITIMAÇÃO DA CORRIDA ATÉ AO FUNDO

O modelo de negócio do Jornalismo é o principal perigo para a liberdade dos *media*. A fragilidade financeira dos fornecedores de serviços de comunicação social expõe jornalistas a pressões económicas[2] (exercendo-se as políticas através destas). Superficialmente, materializam-se na influência desproporcional na agenda mediática dos interesses das classes altas, que detêm e financiam os órgãos de comunicação social. Mas o seu campo principal de ação está na subjugação diária da produção noticiosa aos ritmos comerciais. A atual imediatidade da produção jornalística não resulta de uma ponderação de interesse público, nem é uma consequência inevitável da imaginada, infantilizante, avidez do público por mais conteúdos, mais rapidamente fornecidos, mais curtos. Optar por produzir uma avalanche de textos fragmentados, de reação e contrarreação à espuma do dia, e não investigações com contexto e contraditório[3] resulta de uma alocação de recursos consciente: a redução de custos aliada à maximização das receitas publicitárias (por anúncios ou conteúdos patrocinados) inviabiliza o Jornalismo com tempo para pensar, ser cético de fontes oficias, procurar contactos sem uma assessoria de imprensa, editar e verificar factos. Inviabiliza o próprio Jornalismo.

A Comissão sabe. Ainda nos considerandos, explica que "a sustentabilidade financeira é um elemento fundamental para proteger a independência editorial de pressões externas e do mercado". Admite que quem ouviu em consulta pública notou "a frágil situação económica do setor dos meios de comunicação social". Sabe, até, que "assegurar fontes de financiamento diversificadas e suficientes poderia reforçar a resiliência e a independência" dos órgãos. Mas nem estabelece um programa de financiamento público do Jornalismo, nem mandata os estados-membros a fazê-lo. Há dinheiro a sair da União Europeia, mas para "cofinanciar a cobertura mediática independente dos assuntos europeus": colaborações transfronteiriças, viagens a Bruxelas, digitalização de meios, inovações comerciais, trocas de conhecimento. Bolsas estruturais para financiar salários, o custo base de dar notícias? Zero. Promete-se que cheguem pelo Programa Europa Criativa fundos para o Jornalismo de interesse

Está na recomendação a revolução possível e no regulamento a manutenção do *status quo*, dos modelos empresariais, lucrativos e hierárquicos, que têm trucidado o Jornalismo

Não há qualquer espaço para a organização coletiva das redações, a responsabilidade editorial partilhada, a defesa da deontologia jornalística ou a autorregulação ética

público. Não estão cá. A ferramenta criada para garantir a liberdade dos *media* ignora a medida que a viabilizaria.

Ainda por cima, a Comissão tem respostas: elenca as medidas possíveis na recomendação (não vinculativa) sobre salvaguardas internas para a independência editorial e a transparência da propriedade no setor dos meios de comunicação social, que publicou no mesmo dia em que propôs o regulamento (vinculativo). Ilude-se com a eterna miragem dos "novos formatos" como método de captação de audiência, mas indica a necessidade de estabelecer modelos de criação de comunidades, "regimes de financiamento colaborativo e baseados nas doações de leitores", e de reconversão das empresas jornalísticas em "fundos fiduciários ou fundações, acordos de participação acionista de jornalistas, associações de jornalistas ou de leitores" (Recomendação 2022/1634 da Comissão, nº 16)[4].

Está na recomendação a revolução possível e no regulamento a manutenção do *status quo,* dos modelos empresariais, lucrativos e hierárquicos, que têm trucidado o Jornalismo. Subentendida no regulamento está a subordinação da jornalista à editora, editora à chefe-de-redação, chefe à diretora, diretora à administradora e da redação (fatalmente) à proprietária. Não há qualquer espaço para a organização coletiva das redações, a responsabilidade editorial partilhada, a defesa da deontologia jornalística ou a autorregulação ética. E talvez por isso nada se faça pela melhoria da qualidade da informação produzida, o acesso efetivo a fontes de informação ou a existência de estruturas de edição e verificação de factos. A recomendação bem sugere que se tenha um estatuto editorial, eleja um conselho de redação e um comité de ética, reforce as cláusulas de consciência e o direito de oposição, e, até, que haja representação de jornalistas na administração dos órgãos de comunicação social (pontos n.º 8 e 16). Mas nada disto é mais do que, citando, "fonte de inspiração" para as empresas mediáticas.

UM SIMULACRO DE TRANSPARÊNCIA

Há obrigações. Têm os proprietários de "garantir que os editores e os chefes de redação são livres de tomar deci-

sões editoriais". Ainda assim, essa liberdade só existe "no âmbito da linha editorial do fornecedor de serviços de comunicação social". Não da deontologia, ética ou justiça.

Para a Comissão, este princípio básico nem devia universal. Ficavam isentas as microempresas, qualquer redação com (duas de três condições): menos de dez funcionários, um volume de negócios líquido abaixo dos 700 mil euros ou um total do balanço inferior a 350 mil (Diretiva 2013/34/UE, n.º 3). É o caso do *Fumaça*[5], que me emprega, como de imensas redações locais, e de várias das fábricas de notícias falsas que a Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) tenta fiscalizar pela regularização (Pena, 2019; Cântio, 2020). Todos passavam pelo mesmo larguíssimo buraco de agulha, que Conselho e Parlamento procuram fechar agora (artigo n.º 6 das Alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu e do Mandato Negocial do Conselho Europeu para o Regulamento 2022/0277). Sem a exceção, terão de cumprir as pírricas normas de transparência impostas pelo regulamento. Obrigam-se os fornecedores de serviços de comunicação a identificar os proprietários e beneficiários efetivos; "mediante pedido" do regulador, os seus interesses económicos; a "pessoa singular que tem a responsabilidade editorial"; e os fundos públicos que recebam (ainda o artigo n.º 6).

Usando o caso do *Fumaça*: o proprietário é uma associação sem fins lucrativos e sem outra atividade, cujos órgãos sociais são controlados pela redação (que partilha a responsabilidade editorial horizontalmente)[6]. A informação que este regulamento exige que publiquemos é (para além da já prevista na legislação portuguesa) manifestamente insuficiente para que o público possa compreender como se financia a organização. Nada obriga o *Fumaça* a indicar que metade dos seus custos são pagos pelas doações mensais de mais de 1700 ouvintes, nem a revelar que entre 2018 e 2025 receberá cerca de meio milhão de euros em bolsas da Open Society Foundations, e 300 mil da Stichting Limelight Foundation, nem a publicar orçamentos explicando como se gasta esse dinheiro[7]. Vendêssemos publicidade e não teríamos de revelar os contratos com anunciantes. É obrigatório divulgar apenas os pagamentos da publicidade estatal (o Parlamento tenta incumbir a ERC de divulgar quanto fatura cada órgão a estados estrangeiros), como se fosse menos nefasta a influência do capital privado do que a do público. Tem de se avisar para moderar um evento da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, mas não para receber uma bolsa da farmacêutica Roche[8].

Devíamos auto-propor no Congresso de Jornalistas deste janeiro um registo de interesses para jornalistas

Não nos bastando reinstituir o lápis azul, fazemo-lo com absoluta displicência. Sempre se começou a censura oficial pela restrição das obras importadas

Há uma imposição de transparência relevante para o espaço português, se aplicada de forma maximalista: "assegurar a divulgação de qualquer conflito de interesses, real ou potencial" e "qualquer tentativa de interferência nas decisões editoriais" (artigo n.º 6). É uma medida a que nos devíamos auto-propor no Congresso de Jornalistas deste janeiro, operacionalizada através de um registo de interesses para jornalistas, notando ligações familiares, participações económicas e filiações partidárias e associativas. Tornaria obrigatório explicitar se fossemos o único jornalista de uma rádio local e primos da presidente da câmara (fosse eu hoje noticiar a atualidade do concelho de Vila do Porto) ou diretores-gerais de informação de um grupo mediático e irmãos do primeiro-ministro.

O REGRESSO DA CENSURA E A PERMANÊNCIA DA VIGILÂNCIA

Consensual na negociação tripartida é que se reinstaure a censura. Ninguém lhe chama censura, naturalmente. Mas é essa a porta que abre o artigo 16.º do regulamento, ao permitir que as entidades reguladoras de comunicação social europeias tomem medidas coordenadas "relativas à divulgação de ou ao acesso a serviços de comunicação social" de órgãos com origem fora da União Europeia, "independentemente dos meios de distribuição ou dos modos através dos quais são acessíveis, visem ou alcancem audiências na União", caso contenham "um incitamento à prática de infrações terroristas", "prejudiquem manifesta, séria e gravemente a segurança pública ou

representem um sério e grave risco de a prejudicar, incluindo a salvaguarda da segurança e da defesa nacionais", citando a proposta da Comissão, com que alinham o Conselho e o Parlamento. Perguntaria Williams S. Burroughs, misógino teórico das sociedades policiais: "o que é que tu tens ganhado com a segurança nacional?" (Odier & Burroughs, 1970).

É pela segurança nacional que daremos legitimidade ao recém-criado Comité Europeu dos Serviços de Comunicação Social para repetir o erro de banir o Russia Today após a invasão russa da Ucrânia (European Federation of Journalists, 2022). Tememos a propaganda, portanto proibimos os cidadãos europeus de a conhecer, não vão, inocentes, ser transviados pelo regime de Vladimir Putin. É inadmissível que a democracia proíba o acesso às mentiras da ditadura[9]. Não podemos permitir que seja cerceada a nossa liberdade de saber do *spin* do regime russo, como do chinês, e de quem proximamente seja declarado pela União Europeia como hostil.

Em 2014, a liderança do partido Republicano dos Estados Unidos da América (EUA) defendia que tornar público um relatório congressional condenando o recurso da administração George W. Bush à tortura prejudicaria esse bem precioso: haveria protestos, indignação, violência contra norte-americanos (Hulse, 2014). Coloca em causa a nossa segurança um órgão estrangeiro que denuncie crimes de guerra cometidos por exércitos europeus? Depois de considerarmos uma notícia falsa o que publicam[10], ponderaremos esconder a mentira que os acusamos de divulgar? Quando se decide a intervir, o regulamento é, afinal, capaz de passar de inútil a perigoso.

O terrorismo, como notava este ano o editor da secção Mundo da BBC, para explicar porque não dá tal título aos militantes palestinianos do Hamas, é "uma palavra com água no bico, que as pessoas usam para se referir a um grupo que desaprovam moralmente". Implica uma declaração política sobre "quem devem apoiar e quem condenar - quem são os bons e quem são os maus" (Simpson, 2023). Não cabe a jornais rotular terroristas. Mas expando: não se descortina também motivo para confiar na Comissão e no Comité para traçar a linha entre quem incita ao terrorismo e quem organiza a resistência armada de povos ocupados (legítima, pela Resolução 45/130 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 1991). O historial é mau: até 2008, os EUA consideravam os lutadores anti-apartheid do African National Congress, de Nelson Mandela, terroristas (Windrem, 2013), tal como o regime de Salazar classificara o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e o Movimento Popular de Libertação de Angola no século passado (de Oliveira Salazar, 2015), e a Procuradoria-Geral espanhola designa nesta década independentistas catalães (García Ortiz, 2022). Particularmente, não vejo porque confiar na retidão desta classificação política quando passa a dar azo à censura das publicações desses grupos, à limitação do acesso à informação (e incluo a propaganda na informação a que quero ter acesso), impedindo o escrutínio democrático no espaço europeu.

Se faltassem razões para temer o mecanismo, estão na forma como se censura. O critério para um regulador nacio-

nal "tomar medidas contra" um fornecedor estrangeiro, na proposta do Parlamento, a mais restritiva, é dispor de "uma base jurídica" que tenha em conta: um parecer do Comité de Reguladores, um parecer de um regulador de outro Estado, ou, isto basta, "toda e qualquer avaliação da forma como o serviço de comunicação social desse fornecedor é recebido no território da União". Escrito o último, dispensava-se a enumeração que o precede. As medidas devem envidar "todos os esforços" para "ter em conta" as orientações que hão de ser emitidas pelo Comité sobre como lidar com estas publicações subversivas. Caso um regulador nacional as contrarie, não passa impune: deve "fundamentar essa sua decisão". É esta a supervisão que prevemos para o nosso novo mecanismo de censura: a fundamentação a partir de toda e qualquer avaliação. Não nos bastando reinstituir o lápis azul, fazemo-lo com absoluta displicência. Sempre se começou a censura oficial pela restrição das obras importadas. Depois é que se vira para a produção nacional (Tucci Carneiro, 2002).

Pela segurança nacional, ainda, se justifica que possam os órgãos de polícia criminal (com autorização do poder judicial) colocar software espião no telemóvel de jornalistas, fazer rusgas às redações, e seguir repórteres. Tudo isto está terminantemente proibido, salvo nas abrangentes situações em que é absolutamente permitido (nas alíneas que cada instituição vai juntando ao artigo 4.º). Para a Comissão, justifica-se sempre que não sejam eficazes medidas menos intrusivas para investigar um crime com pena de pelo menos cinco anos de prisão. É o caso das violações ao regime de segredo de estado (que vão até aos oito em Portugal, pela Lei Orgânica no 2/2014), necessárias para a cobertura dos órgãos que nos vigiam, policiam e punem ou em nosso nome exercem força letal, que recorrem de forma abusiva à classificação de documentos sem mecanismos de recurso ou restrições temporais.

Para o Conselho Europeu, no mandato negocial que publica, nenhum ponto das proteções legais oferecidas a jornalistas pode "prejudicar a responsabilidade dos estados-membros em garantir a segurança nacional e o seu poder em proteger outras funções estatais essenciais, incluindo proteger a integridade nacional do Estado e manter a lei e a ordem". Pelo Parlamento, é possível espiar jornalistas, mas apenas quando a investigação "não esteja relacionada com a atividade profissional" nem possa revelar fontes de informação - um cuidado positivo, mas limitado, por ser logicamente impossível ter *spyware* em telemóveis de jornalistas sem pôr em causa ambas as coisas. Metam-se escutas nos jornalistas que cobrem movimentos separatistas, portanto. Sigam-se, um dia, quem sabe, os que dão conta de que a Polícia de Segurança Pública toma em consideração a diversidade étnico-racial de um bairro para decidir se é uma Zona Urbana Sensível (ZUS), que necessita de maior policiamento (Gorjão Henriques, 2019) [11].

Pela segurança nacional se justifica que possam os órgãos de polícia criminal (com autorização do poder judicial) colocar software espião no telemóvel de jornalistas, fazer rusgas às redações, e seguir repórteres

Saia que versão sair das negociações, o Regulamento nenhum bem fará ao Jornalismo, e terá ainda margem para fazer bastante mal à democracia

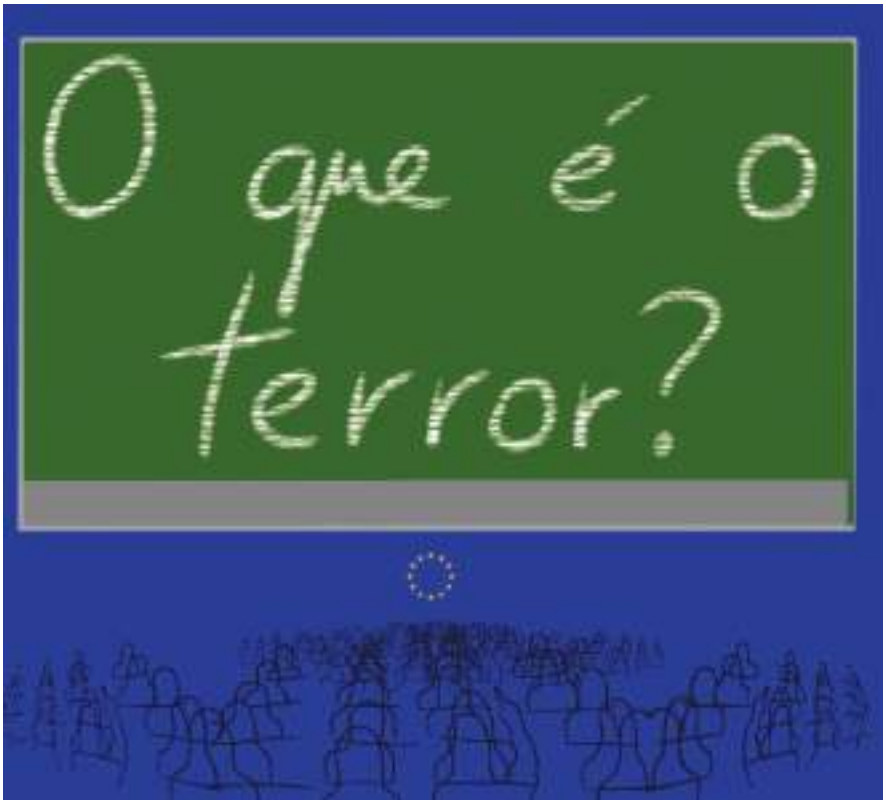
RESISTIR É FÚTIL

Isto não passou entre os pingos da chuva. Quinhentos jornalistas escreveram ao Parlamento Europeu pedindo uma proibição absoluta do software espião (European Federation of Journalists, 2023). A redação do *Fumaça*, chamada a pronunciar-se, deu nota à Presidência do Conselho de Ministros dos perigos de tornar a ERC uma entidade censória (Fumaça, 2023a). Convidado em setembro de 2023 a debater este regulamento pelo eurodeputado socialista João Albuquerque, notei tudo isto e também a inutilidade de proclamar a independência sem criar condições para a garantir. Deu nota o eurodeputado, na sua declaração de encerramento, de que tomaria as críticas em particular consideração. Dias depois, votou pela aprovação.

A minha posição, como a de qualquer jornalista que conheça, é absolutamente irrelevante para qualquer das entidades que nos imporão este regulamento. É a legislação dos donos dos *media* para os donos dos *media*, desinteressados em, e incapazes de, dar condições a jornalistas para responder ao interesse público (Lorde, 2018; Esteves Ribeiro, 2019). Saia que versão sair das negociações entre Parlamento, Comissão e Conselho, o Regulamento para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social nenhum bem fará ao Jornalismo, e terá ainda margem para fazer bastante mal à democracia. JJ

* Jornalista no *Fumaça*.

Bibliografia disponível em https://t.ly/c1Vvo.



1) Encontrem-se melhorias relevantes na democracia húngara após a Resolução 2017/2131 do Parlamento Europeu ou a retenção de fundos comunitários.
2) O Parlamento Europeu reconhece "em especial" as "situações em que o poder económico dá origem a um poder de formação de opinião suscetível de interferir no processo de formação da opinião pública" (Alterações aprovadas ao Regulamento 2022/0277, considerando n.o 15).
3) Levar a investigação original, em particular, para trás de paywalls torna desigual o impacto desta alocação: segrega-se o público entre quem tem dinheiro para ser informado (e cruzar informação entre publicações) e quem tem de se ficar pela escuma noticiosa. Não se confunda o desejável fim das *paywalls* com o fim da contribuição do público para o Jornalismo. Veja-se o "Membership handbook", conforme fechado em 2021.
4) As redações do *Fumaça* e da *Divergente* apresentaram propostas similares às da Comissão ao presidente da República, ao secretário de Estado da Comunicação Social, ao secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e a vários grupos parlamentares (Fumaça & Divergente, 2020).
5) O orçamento do *Fumaça* para 2023 projeta 230 mil euros em custos, para uma equipa de nove pessoas (Fumaça, 2023c).
6) A Verdes Memórias - Associação foi criada em 2017 para permitir a profissionalização do Fumaça, que operava de forma amadora desde o ano anterior (Fumaça, sem-data-a). A estrutura de propriedade e gestão é definida no Estatuto Editorial, aprovado consensualmente pela redação (Fumaça, 2023b)
7) Os contratos que regem estas doações, como todos os que assina o *Fumaça* para se financiar, estão disponíveis publicamente (Fumaça, sem-data-b).
8) O *Fumaça* recebeu 4000 euros da EGEAC, associados à produção das "Conversas Fumaça", no ciclo "Mais um dia do Teatro Municipal São Luiz", em 2022. Da Roche, através das Bolsa de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas, chegaram 2000 euros, em 2020, sem contrato, para o podcast narrativo de Jornalismo de investigação Desassossego (Fumaça, sem-data-b; David Cardoso, 2022).
9) Ser uma ditadura é importante para os Repórteres Sem Fronteiras, por exemplo, que pedem o fortalecimento deste mecanismo de censura, tendo em conta o grau de autoritarismo do país de origem da comunicação (Reporters sans Frontières, 2023).
10) A prática é a negação, como foi hábito do Estado português com os massacres das tropas portuguesas nos territórios ocupados no continente africano durante a guerra contra os movimentos de libertação nacional (Dhada, 2016.)
11) Mais recentemente, deu-me nota a PSP de que "incorria em responsabilização criminal" por possuir porções da Diretiva Operacional 16/2006, que as define, garantindo (em resposta à intimação judicial movida pelo *Fumaça* para receber o documento) que saber os critérios para classificar uma ZUS "coloca em causa o direito à segurança pública", que, quando "em colisão" com o direito de informar e ser informado "deverá, sempre, prevalecer".

PAULO PIMENTA

Mudança de instalações das marcas da Global Media Group foi contestada pelos trabalhadores, que agora enfrentam nova vaga de despedimentos

CRISE NÃO É DO JORNALISMO, É DO MODELO DE NEGÓCIO

Luís Filipe Simões *

A notícia é recente e chegou-nos assim: "*The New York Times* [NYT] ultrapassou os dez milhões de subscritores, em grande medida graças aos assinantes digitais. O objetivo é alcançar os 15 milhões de subscrições até ao final de 2027", noticiou o jornal Eco. O artigo é um raio de luz, um sinal de esperança, principalmente em Portugal, onde o horizonte está cheio de nuvens negras.

As realidades são completamente diferentes. Em Portugal, vivemos uma crise da Comunicação Social. A escala e a dimensão do mercado não têm qualquer paralelo, mas o crescimento do NYT é um bom ponto de partida para discutirmos que Jornalismo queremos, que Jornalismo temos condições de ter. Uma oportunidade de questionarmos o que devemos fazer para que as autoridades e o poder político se juntem à defesa deste pilar da democracia.

Os jornalistas vão estar reunidos em congresso nos dias 18, 19, 20 e 21 de janeiro de 2024, no Cinema São Jorge, em Lisboa. Temos a convicção de que esse não será um momento para queixumes, para lamentos, para uma manifestação de pânico, num contexto cada vez mais delicado para a Comunicação Social. Mas que será o momento adequado para refletir sobre o futuro e pensar no caminho a seguir.

É precisamente porque nos mostram uma evidência que os números apresentados pelo NYT ganham relevância: nunca como hoje os trabalhos jornalísticos chegam a tantos leitores, ouvintes e telespectadores. A crise não é tanto do Jornalismo que se faz, ou da procura de notícias, é de um modelo de gestão que, por vários motivos, passou a encarar a Comunicação Social como um negócio como outro qualquer, centrado apenas para o lucro.

Com o passar do tempo, foram desaparecendo os homens ligados desde sempre à Comunicação Social à frente de grandes empresas jornalísticas – de que Francisco Pinto Balsemão é exemplo e, provavelmente, exceção. Talvez o desaparecimento de empresários que olhavam para o Jornalismo como um bem essencial, que tinham espírito de missão, que pensavam no que davam à sociedade em vez de ver apenas o negócio, tenha contribuído para a deterioração das condições de trabalho dos jornalistas e para a perda de importância na sociedade. A passagem do Jornalismo para negociantes não estará dissociada do violento ataque aos rendimentos da classe e da proletarização crescente de uma profissão com alto nível de especialização e responsabilidade indeclinável de vigiar os poderes. E, mais importante, de informar os cidadãos, com máximo rigor e independência.

Hoje, a luta é por condições de trabalho dignas, por salários justos e, sobretudo, para que os jornalistas tenham possibilidade de cumprir a sua missão com o mínimo o de condições. Uma luta para dar a quem informa, no mínimo, condições para se informar, isto é, capacidade financeira para, pelo menos, comprar jornais, ter acesso à informação.

O único modelo de negócio que pode vingar tem de assentar num jornalismo de qualidade

N'*A Bola*, como no Global Media Group, foi aplicada uma velha fórmula que nunca deu bons resultados: despedir jornalistas

UM MAR DE PREOCUPAÇÕES

No relatório da Obercom de 2017, intitulado "Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação", foi feita uma caracterização de quem estava em atividade à época. Passaram seis anos, mas os dados continuam atuais; se pecam, será por defeito. Segundo o estudo, "dois terços dos jornalistas inquiridos têm formação superior em Ciências da Comunicação ou Jornalismo" e "existe um sentimento de autonomia entre a maioria dos entrevistados nos seguintes aspetos: apresentação de propostas de trabalho, seleção de informação, pressões das fontes e pressões oriundas do poder político ou outros". Ou seja, esta é uma profissão de responsabilidade máxima, sujeita a grandes pressões e que não se compadece com baixos salários e precarização.

Em vésperas do V Congresso dos Jornalistas, importa fazer um retrato da profissão, para começarmos a discutir as soluções. É que, ao contrário do crescimento notório do *New York Times*, por aqui as notícias estão longe de ser positivas. Estamos muito mais longe ainda de ter um Jornalismo económica e financeiramente saudável, portanto mais livre e independente.

Recentemente, numa conferência promovida pelo Sindicato dos Jornalistas (SJ), o diretor Nacional da Polícia Judiciária abordou a importância do Jornalismo. "A Comunicação Social atravessa momentos particularmente difíceis, com grupos económicos sediados em offshores a comprar [grupos nacionais] e quero deixar, por isso, uma palavra aos jornalistas aqui presentes. Palavra de grande apreço pela manutenção da vossa autonomia e da vossa independência. Populismos são mais difíceis de avançar pela vossa luta", disse Luís Neves, referindo-se, de uma só vez, a duas situações que merecem a nossa atenção, uma de forma implícita, outra diretamente.

"*A Bola* foi criada em 1945, o mesmo ano de fundação da Polícia Judiciária", lembrou o diretor nacional da PJ. "Se a paixão passa a ser uma tortura, o stress pós-traumático passa a ser uma constante na vida dessa pessoa. Vivemos sempre com a angústia de não ter gente para resolver os problemas, a manta era demasiado curta". Nesta declaração, assumiu de forma clara que segurança, democracia e Jornalismo caminham lado a lado.

Luís Neves, que se referiu implicitamente, à compra do Global Media Group (GMG) por um fundo com sede na Bahamas, manifestou, nesta equação de crise da imprensa portuguesa, solidariedade com *A Bola*. O jornal, que desempenhou um papel fundamental na luta contra o fascismo e no caminho para a democracia, foi comprado em 2023 pela Ringier, uma

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Passagem do Jornalismo para negociantes não estará dissociada da proletarização crescente da profissão

empresa suíça, que decidiu despedir 100 dos 150 trabalhadores, entre os quais jornalistas de reconhecido talento e com muitos prémios conquistados.

JORNALISMO SEM JORNALISTAS

No jornal *A Bola*, como de novo no GMG, foi aplicada uma velha fórmula que até hoje nunca deu bons resultados: despedir jornalistas e embarcar num caminho sem solução, com a ideia de que é possível fazer Jornalismo sem jornalistas.

Para o SJ, o único modelo de negócio que pode vingar tem de assentar num jornalismo de qualidade – como, aliás, fez o *New York Times*, o que lhe permitiu apresentar agora números de uma dimensão incrível.

Neste novo cenário de grandes grupos de comunicação social em Portugal, comprados por fundos de investimento globais, surge também o GMG, antes detido pelo empresário Marco Galinha e hoje controlado pelo World Opportunity Fund Ltd (WOF), com sede nas Bahamas. Num encontro com o SJ, a nova administração deixara uma mensagem de tranquilidade, de que o caminho não seria o mesmo da Ringier em *A Bola*, mas sim de investimento no Jornalismo e na mais do que necessária melhoria das condições salariais dos jornalistas. Todavia, aconteceu exatamente o contrário.

No final de novembro, a administração do GMG comunicou a intenção de avançar com um despedimento coletivo de 150 trabalhadores, que deverá incluir dezenas de jornalistas, do *Jornal de Notícias* (JN), TSF e *O Jogo*. A possibilidade de ser convocada uma greve foi colocada desde o início pelos jornalistas. "Despedir jornalistas em títulos já carenciados de recursos humanos é impensável, inacreditável e ignóbil", afirmou o SJ em comunicado. "É verdadeiramente inadmissível e deve fazer pensar as pessoas e as instituições deste país, pois, por coincidência, vai afetar mais dois dos órgãos que mais têm tentado dignificar as condições de trabalho e dos trabalhadores e com isso a defender o jornalismo de qualidade".

Pouco tempo depois de se saber que o WOF tinha assumido a maioria do capital do GMG, duas das revistas deste universo mediático passaram a ser detidas, a 100%, pela Palavras Civilizadas, uma empresa-veículo do Grupo Bel, de Marco Galinha. Assim, aparentemente do nada, mudou a titularidade da *Evasões* e da *Volta ao Mundo*, que estavam a ser feitas com o apoio de meios e pessoas do *Jornal de Notícias*, além de vários colaboradores cujo destino permanecia incerto no momento do fecho desta edição.

Curiosamente, as revistas mantiveram-se na sede do GMG, na Rua de Monte dos Burgos, no Porto, para onde se mudaram as marcas instaladas na histórica "torre" da Rua de Gonçalo Cristóvão, o que causou grande descontentamento entre os trabalhadores. Mas com um novo dono, uma empresa de Marco Galinha que, aparentemente, terá vendido a posição maioritária no GMG ao fundo das Bahamas. Ao mesmo tempo, e de uma forma que o Conselho de Redação do *Jornal de Notícias* – considerou desrespeitosa, a administração do GMG mudou a direção das mesmas revistas, destituindo os diretores sem qualquer aviso prévio, ignorando não só as regras da urbanidade como a legislação em vigor. Pouco depois de ser conhecida a reação do conselho, a administração anunciou a suspensão da revista *Evasões*, que estava pronta a ser impressa.

Acresce que, no maior grupo privado de imprensa escrita, mantém-se distanciado do cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), tendo solicitado ao sindicato um prazo até meados de dezembro para avaliar a implantação da nova convenção, por reconhecer que é necessária uma atualização salarial urgente. Embora discorde, como a generalidade dos patrões, de um CCT que estabelece 903 euros como salário mínimo da profissão. JJ

** Presidente do Sindicato dos Jornalistas*

FOTOJORNALISMO, LINGUAGEM EM VIAS DE EXTINÇÃO

Luís Filipe Simões e João Miguel Rodrigues

Crescemos, na profissão e na vida, a ouvir falar e a ver debatida a crise no Jornalismo em Portugal. A luta de imprensa, as dificuldades da rádio, os constrangimentos das televisões e a busca para travar a quebra de receitas publicitárias. Mas nada se compara à degradação do fotojornalismo, aos sucessivos despedimentos, à quebra dos rendimentos e, acima de tudo, ao risco real de vermos extinta uma fundamental linguagem jornalística, a da imagem fotográfica!

A época em que os fotojornalistas eram muitas vezes "chefes de equipa de reportagem" já passou, por muito que nos custe. Temos uma função jornalística que entrou em espiral descendente de precarização, baixos salários, honorários a roçar o imoral, mas sempre com o ónus de investir no material (câmaras, lentes, computadores, rede wi-fi, etc.), além de em seguros e contribuições para a Segurança Social, porque os jornais nem reparar material danificado ao seu serviço querem pagar. Temos profissionais coagidos a operar em condições de trabalho degradantes, também pela forma como são tratados. Uma tragédia anunciada.

À pergunta sobre a importância e valor da fotografia nos jornais, a maioria dos jornalistas não terá dúvidas em responder que é fundamental, mas também não hesitará em usar o seu telemóvel, se o editor ou diretor lhe "pedir" para tirar uma fotografia. Isto não só está a ser feito em grande escala, como tem sido a base para extinguir postos de trabalho dos repórteres fotográficos.

Não é exagero dizer que estamos perante a ameaça de desaparecimento de uma classe profissional. Isto não é catastrofismo, é a dura realidade. É urgente, antes que seja tarde de mais, discutir a sustentabilidade do fotojornalismo em todas as suas vertentes, até porque cada vez mais temos de afastar o pensamento de que os fotojornalistas são uma despesa e passar a encará-los como proveito e a dinamizar esse investimento. Perguntem aos fotojornalistas como se faz – eles respondem com medidas concretas e ganhadoras!

Ainda acreditamos que o mundo não vive sem imagens nos jornais, como o comprovam protestos como o do *Liberation*, a 14 de novembro de 2013: para mostrar a importância da fotografia, as páginas ficaram sem imagens. O texto justificativo da ação é um manifesto que vale a pena recordar: "O *Libération* jura eterna gratidão à fotografia, seja ela produzida por fotojornalistas, fotógrafos de moda, retratistas ou artistas conceituais. A nossa paixão pela fotografia nunca foi questionada – não porque seja usada para embelezar, chocar ou ilustrar, mas porque a fotografia toma o pulso do nosso mundo (…) Não é um velório, não estamos enterrando a arte fotográfica… Em vez disso, damos à fotografia a homenagem que ela merece. Ninguém pode ignorar a situação calamitosa em que se encontram os fotógrafos de imprensa, especialmente os fotógrafos de guerra que arriscam as suas vidas enquanto não ganham para elas", lê-se.

Passaram dez anos e o manifesto continua válido, mais atual até. Porque a situação é devastadora na realidade portuguesa. Mais do que noutras geografias, é adequado falar-se da extinção de uma classe, de uma linguagem. Este é o momento para fazermos este grito de alerta. É urgente a classe dos jornalistas promover um debate, franco e o mais alargado possível, sobre a atuação de direções e administrações na extinção de postos de trabalho, no rumo que pretendem dar à imagem, no valor que representa e que querem que represente, especialmente numa altura em que a Inteligência Artificial (IA) entra em força nas redações.

O trabalho dos fotojornalistas tem mais probabilidades de sobreviver à máquina trituradora da IA, porque o compromisso com a verdade vai obrigar a ter um jornalista não só atrás de cada câmara, mas também atrás dos computadores, respeitando princípios éticos e deontológicos. Também como mecanismo de defesa da integridade do Jornalismo, pois a presença de um especialista nas redações ajudará a descortinar entre a desinformação e à verdade na imagem. JJ

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

É urgente discutir a sustentabilidade do fotojornalismo, em todas as suas vertentes

LUTA EM DEFESA DA "INESGOTÁVEL PAIXÃO PELA RÁDIO"

Filipe Santa-Bárbara * Texto **André Filipe Tenente** Fotografia

São 23 horas e 59 minutos, menos uma hora nos Açores, quando a voz da jornalista Gabriela Batista foi vai para o ar, como todos os dias, para a tituleira do jornal da meia-noite. A marcar a atualidade estava um apelo de Zelensky à união internacional contra a Rússia e a prisão preventiva de um suspeito da morte de um PSP. Neste minuto, o ouvinte ainda não tinha percebido, mas outra notícia estava a chegar e sem aviso. Depois de um separador sonoro, ouve-se a voz de Fernando Alves: "a programação regular da TSF está condicionada, devido a uma greve de 24 horas dos trabalhadores desta rádio".

Ao mesmo tempo que os Dead Combo rasgavam a antena da rádio com "A bunch of meninos", uma boa parte dos profissionais da TSF estava colada à telefonia. E ao telemóvel. Num grupo de Whatsapp, criado para partilhar os materiais gráficos do protesto e combinar horas para a concentração, alguém comenta: "parece a passagem de ano". E parecia mesmo, tanto pelas reações como pelo sentimento. Se por um lado, havia esperança de que o "ano novo" trouxesse boas novas, por outro, havia um nostálgico e meio triste balanço a fazer do que tinha sido vivido até então. Tal e qual o réveillon. Foram assim os primeiros instantes da histórica greve de 24 horas levada a cabo pelos trabalhadores da rádio, com uma adesão de 100% na redação.

Engana-se quem pensa que este foi um ato pouco ponderado e intempestivo. Pelo contrário: demorou anos a ser concretizado e só aconteceu mesmo por causa do desgaste contínuo e das promessas não cumpridas de sucessivas administrações de que "é desta!". Nos últimos anos, com reestruturações e cortes, com uma pandemia e um *lay-off* em cima, dos plenários saíram sempre reticências gerais em partir para a greve ou até para um protesto mais ou menos tradicional. "Vamos tentar negociar, vamos esperar, há ali uma luz ao fundo do túnel", convenciam-se os trabalhadores, mesmo quando os pedidos de reunião e apelos do Sindicato dos Jornalistas (SJ) caíam em saco furado.

Agora foi diferente, mas a base é sempre a mesma. Gota de água: a mudança precipitada do até aqui diretor, Domingos de Andrade. A forma como o processo foi gerido e comunicado à redação, até ao arrepio da lei por não ter sido consultado o Conselho de Redação (CR), foi encarada como enorme falta de respeito. A somar-se a isso, o pagamento de salários para lá do dia devido, sem um pedido de desculpa ou sequer justificação, e ainda o facto de os trabalhadores não terem rejeitado uma proposta de ajustes salariais feita pela própria administração, depois de meses de negociação, e que não era mais do que uma decorrência bem parcial da inflação que todo o país sente no bolso. Falta de respeito pelos profissionais que todos os dias fazem pequenos milagres na antena e no site da "rádio que mudou a rádio".

No dia da greve, a TSF não foi ao fim do mundo, mas ficou-se, literalmente, pelo fim da rua. Ainda assim, de cartazes em punho, vestidos de branco e animados pelo *loop* da emissão FM com uma playlist bastante elogiada, os trabalhadores desta rádio conseguiram ir ao fim do mundo. As palavras de ordem e os motivos da greve chegaram, através da comunicação social, a todo o lado: hoje, os jornalistas eram notícia. E não é coisa de somenos.

Num setor em que há muitos telhados de vidro misturados com pudor de noticiar "sobre a concorrência", também é o Jornalismo que grita, na luta da TSF. A caminho de mais um congresso dos jornalistas, em janeiro, é importante que a consciência da classe, mas também da sociedade, esteja clara: não há democracia nem instituições fortes sem um Jornalismo forte. E um Jornalismo forte só se consegue com recursos, com investimento e, por último, mas não menos importante, com liberdade e autonomia.

Nos telemóveis, as notificações do site da TSF não caíram. Na página, surgiu uma única notícia a dar nota da greve e, do outro lado do Atlântico, numa visita a Nova Iorque, também o presidente da República, velho conhecido da TSF, tomava conhecimento do que se passava. "Quanto ao problema concreto, isso não me pronuncio, não me devo pronunciar e não me vou pronunciar", disse

Marcelo Rebelo de Sousa. No entanto, Marcelo a ser Marcelo, com uma nota: "Afetivamente, soube disso e tive pena, porque eu colaborei com a TSF muitos anos e naturalmente tive pena, por ser uma referência importante na rádio portuguesa".

O Jornalismo tem sido também, até por afinidade, uma das preocupações constantes do mandato presidencial. Liberdade de imprensa? "Fundamental". Mais: "tão importante em democracia, quando as democracias já são tão poucas, que vale a pena preservá-la". Liberdade de informação? "Deve superar as queixas, os queixumes, os agravos, as sensibilidades que as pessoas possam ter. Nunca fui defensor de que responsáveis políticos recorressem a meios jurisdicionais ou outros quando está em causa o exercício, goste-se ou não se goste, da liberdade de imprensa", atirou ainda, à entrada para as Nações Unidas.

A preocupação também ressoou nos partidos políticos. Da Esquerda à Direita, chegaram mensagens de força e comitivas foram da Assembleia da República às Torres de Lisboa para dar uma palavra aos trabalhadores ali em luta. Afinal, o microfone a que tanto estão habituados nesse dia manteve-se desligado. Nem na hora do futebol ele se ligou – e nesse 20 de setembro jogaram o Benfica e o Sporting de Braga para a Liga dos Campeões.

Mas e agora? Até ao fecho desta edição da JJ, pouco ou nada se alterou. A direção mudou, apesar do chumbo do CR, o projeto de futuro ainda não ficou claro para quem faz a rádio e as condições dos trabalhadores mantêm-se, apesar do pagamento de retroativos no subsídio de alimentação que havia sido revisto nos primeiros meses do ano. Houve, entretanto, uma reunião com o SJ, em que a administração do Global Media Group falou do novo acionista – um fundo com sede na Suíça – e "deu garantias de que a estratégia é reforçar e fazer crescer o GMG". Segundo o comunicado do sindicato, "a nova administração disse que está ainda a avaliar a situação atual da empresa, sublinhando que há um trabalho de reorganização em curso, antes do qual não se pode comprometer com uma revisão salarial".

Certo é que num panorama de incerteza mantêm-se no genoma dos trabalhadores da TSF as palavras do seu fundador, na emissão inicial. Escutando, 35 anos depois, Emídio Rangel – com quem já quase ninguém na rádio se cruzou – percebe-se que o legado permanece firme. "Os velhos do Restelo continuam a destilar veneno em todas as capelinhas, mas já não podem mais do que isso, porque a onda do progresso é avassaladora e não se compadece com atitudes retrógradas. A TSF Rádio Jornal não nasce contra ninguém e não está ao serviço de ninguém. Aqueles que a vão protagonizar aqui, todos os dias, vão fazer apenas e tão só Jornalismo, animados de um grande sentido profissional e de uma inesgotável paixão pela rádio". Essa é a única certeza desta luta: foi e é por uma inesgotável paixão pela rádio e pelo Jornalismo.

** Jornalista da TSF*

PROFISSÃO AMEAÇADA

Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal revela sintomas alarmantes do estado em que se encontram os profissionais.

Isabel Nery

Os jornalistas portugueses sentem-se esgotados, ganham mal e estão em sofrimento ético. Quase metade dos profissionais admite enfrentar níveis elevados de esgotamento e cerca de 18% apresentam valores de exaustão emocional que variam entre níveis muito elevados e extremamente elevados - pior, só os enfermeiros, de acordo com um estudo realizado em 2022. Estas são algumas das conclusões do Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal, apresentado em outubro, na Casa da Imprensa, em Lisboa.

O estudo revela que as condições de trabalho são caracterizadas por sobrecarga laboral, conflitos éticos, degradação da qualidade do trabalho, dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, e salários baixos. Um somatório de sintomas que resulta cada vez mais em problemas de saúde mental e em risco de burnout. Não por acaso, 38% dos inquiridos dizem aperceber-se de problemas mentais decorrentes do próprio trabalho jornalístico.

Apesar das transformações tecnológicas que têm vindo, nos últimos anos, a produzir impacto na profissão, nomeadamente no domínio da digitalização, a aposta em formação por parte das empresas é exígua. Entre os inquiridos, cerca de seis em cada dez (59%) não receberam formação complementar da entidade patronal e apenas 12% a tiveram por iniciativa da empresa onde desenvolvem a atividade. Compreende-se, assim, que seja até maior a fatia dos inquiridos que se viram forçados a buscar qualificações por iniciativa própria (29%).

A remuneração média líquida dos jornalistas fica-se pelos 1225 euros mensais, mas 30% recebem apenas entre 700 e mil euros. O estudo, da responsabilidade do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho - projeto baseado numa parceria de investigadores ligados, entre outras, à Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Lisboa e Université de Paris - permite também concluir que cerca de metade dos respondentes excede as 40 horas de trabalho semanal. É semelhante o valor relativo aos jornalistas que trabalham mais de dez horas semanais em períodos noturnos. Assinale-se que mais de oito em cada dez sustentam que o ritmo de trabalho transformou as rotinas produtivas.

Quem ganha menos sente-se, como seria expectável, mais desgastado - cenário que piora com a ameaça de desemprego a pairar, dadas as sucessivas vagas de despedimentos a que tem vindo a assistir-se no setor. Mais de um terço (36%) dá conta de que o salário auferido interfere na prática profissional.

Também o assédio moral contribui para o desgaste, que se agrava na sequência de conflitos com a hierarquia e é mais evidente no caso das mulheres. Dos 15% de respondentes ao inquérito que declaram ser alvo de atitudes dessa natureza, 93% identificam-nas como partindo de chefias e/ou dos patrões, sendo os restantes casos imputados a colegas de trabalho.

Para mais de metade dos jornalistas, as condições de trabalho não proporcionam uma atuação com independência, integridade e segurança. Uma realidade agravada por conflitos de natureza ética com os quais 42% afirmam já ter sido confrontados - sendo de salientar o facto de 62% não encontrar apoio na resolução desses dilemas. De notar que cerca de metade (49%) admite ter vivido situações de censura ou autocensura e 52% foram bloqueados no acesso às fontes de

1225
euros é a remuneração mensal média líquida dos jornalistas respondentes

48%
apresentam níveis elevados de esgotamento

52%
consideram que as condições de trabalho não permitem atuar com independência, integridade e segurança

INÁCIO LUDGERO

Estudo sobre condições de vida e de trabalho dos jornalistas foi apresentado em outubro, na Casa da Imprensa

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DO INQUÉRITO

O inquérito recolheu um total de 866 questionários, entre os dias 1 de abril e 6 de maio de 2022, de 119 concelhos de Portugal, sendo o mais retratado Lisboa, com 27% das respostas. A amostra representa todo o país. O inquérito foi respondido por 48% de mulheres e 52% de homens. A média de idades dos jornalistas no ativo é de 44,8 anos.

informação por autoridades do Estado, mercado ou sociedade civil.

Relevantes são também os resultados relativos às dificuldades de conciliação entre trabalho e família. Trata-se de uma preocupação manifestada por quase um quarto dos inquiridos (73%), enquanto um terço declara mesmo que se verifica um desequilíbrio ruinoso entre a vida pessoal e a profissional. A esta realidade não será alheio o número médio de filhos: 1,04 - abaixo da média nacional, de 1,38 descendentes por mulher. O número de filhos é, aliás, o mais baixo das carreiras analisadas até hoje pelo Observatório para as Condições de Vida e Trabalho. Pessoal de voo, maquinistas do metropolitano e professores são os profissionais que, embora atinjam neste domínio taxas inferiores à média nacional, estão acima da registada entre os jornalistas inquiridos neste estudo.

Dos inquiridos, 54% afirmam estar inquietos com a precarização da produção jornalística atual e um pouco menos de metade (48%) sentem-se inseguros com a sua própria situação precária. Paradoxalmente, a exercer uma profissão assolada pela precariedade laboral, sobretudo no que diz respeito a salários e vínculos profissionais - como estudos anteriores tinham já evidenciado - encontra-se uma população cada vez mais qualificada. Com efeito, quase 80% dos respondentes a este inquérito possuem formação superior (20% detêm bacharelato ou licenciatura pós-Bolonha; 34% licenciatura pré-Bolonha, 11% pós-graduação e especialização; 14% mestrado integrado e 2% doutoramento).

O impacto da evolução tecnológica nas práticas profissionais também foi avaliado no âmbito do inquérito. A influência de clickbaits ou fenómenos semelhantes é registada por 45% dos jornalistas participantes. Perante a afirmação de que "as plataformas online colonizaram a forma de produzir, circular e consumir jornalismo", 88% responderam positivamente (a percentagem representa a soma dos que que concordam bastante, moderada e totalmente com a afirmação).

O Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal, coordenado por Raquel Varela, é fruto de uma parceria entre o Sindicato dos Jornalistas, a Casa da Imprensa e a Associação Portuguesa de Imprensa, tendo contado com o apoio da Federação Europeia dos Jornalistas. JJ

Estudo disponível em: https://jornalistas.eu/wp-content/uploads/2023/11/Inquerito-Nacional-as-Condicoes-de-Vida-e-de-Trabalho-dos-Jornalistas-em-Portugal-03-11-2023-c.pdf

50%
trabalham mais de 40 horas por semana

42%
foram confrontados com problemas éticos por causado trabalho

48%
sentem-se inseguros com a sua situação precária

MUSEU NACIONAL DA IMPRENSA EM PERIGO

O ex-diretor do Museu Nacional da Imprensa, Luiz Humberto Marcos, enviou uma carta aberta ao presidente da Câmara Municipal do Porto. O documento, que a JJ reproduz na íntegra, alerta para o risco de "destruição silenciosa" da instituição.

Senhor Presidente,

Só recentemente conheci a justificação da assunção do poder pela CMP na Associação Museu da Imprensa (AMI), em junho de 2022. E fiquei atónito. Lê-se no documento oficial (ata sobre a renúncia do seu representante como Presidente da Direção, Eng.º Nuno Lemos, 24.7.23), que tal decisão resultou do facto de "não existir uma atividade associativa que estivesse ao nível exigido para a missão da AMI" (sic). E, lê-se, houve unanimidade do Executivo sobre a matéria. Ora, perante o enviesamento da realidade, temo que esteja a ser preparada a destruição silenciosa do Museu Nacional da Imprensa.

Vamos por partes.

1. A CMP ajudou a fundar a AMI, em 1989, quando Fernando Cabral estava à frente do município. De facto, foi há 34 anos que se constituiu a Associação Museu da Imprensa (AMI), entidade que gere o Museu Nacional da Imprensa (MNI). Depois de um longo trabalho de pesquisa pelo país e da preservação de muitas relíquias tipográficas, o museu foi inaugurado (1997) pelo presidente Jorge Sampaio como o primeiro "museu vivo" de Portugal. Reconhecida como Instituição de Utilidade Pública (Governo de Cavaco Silva), a AMI obteve também o estatuto de "instituição relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país" e de Manifesto Interesse Cultural. Com uma pequena equipa de técnicos, múltiplas doações e voluntariado, o museu foi crescendo e transformou-se numa instituição cultural forte, em termos nacionais e internacionais.

2. Em 25 anos, o MNI montou centenas de exposições (750) em Portugal e no estrangeiro. E passou a ser um "ponto irradiador de cultura" a partir do Porto, para todo o território nacional (do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve e regiões autónomas). Com exposições documentais e, sobretudo, com o humor gráfico estabeleceu-se uma dinâmica singular, que foi apreciada por diversos ministros e presidentes da Assembleia e da República que visitaram o museu ao longo dos anos.

3. Além do acervo singular, o museu granjeou uma atenção especial a partir da criação do PortoCartoon-World Festival (1998/9), certame que rapidamente passou a ser um dos três principais emblemas do humor gráfico no mundo. Por isso o Porto acolheu anualmente grandes artistas, designadamente Georges Wolinski (assassinado no *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015) que presidiu ao Júri do PortoCartoon de 2004 a 2014. Com Wolinski, criou-se a Casa do Cartunista, único espaço no mundo destinado a "residências artísticas de humor".

Todos os anos, fez-se do Porto a capital do cartoon, com festas da caricatura e ruas do PortoCartoon.

Com este potencial, o Porto foi proclamado, em várias línguas, Capital (Internacional) do Cartoon, numa cerimónia especial que juntou diversos artistas internacionais, além de Wolinski, à volta da escultura de Siza Vieira, na Avenida dos Aliados. Este ato ficou a marcar o início de um Roteiro de Humor, em 2008. De forma inédita, internacionalmente falando, foram-se

Wolinski passou pelo museu em 2014, pouco antes do atentado ao *Charlie Hebdo* que o vitimou

espalhando, ano a ano, esculturas de humor pela cidade. Ou seja, procurou-se contribuir para fazer brilhar o humor na urbe cinzenta. Paulo Cunha e Silva, o saudoso vereador da cultura, gostava disso, gostou de ser caricaturado, e chegou mesmo a acompanhar o PortoCartoon. Uma das esculturas, na Rua Sá da Bandeira, foi inaugurada por ele.

Aliás, foi Paulo Cunha e Silva quem "entronizou" Wolinski como sócio honorário do Porto-Capital do Cartoon, em 2014. Antes disso, Wolinski apontou o MNI como exemplo para ser seguido em França. Falou dele ao ministro da Cultura e disse-o publicamente.

4. A par da sua atividade expositiva, o museu foi criando laços internacionais através de protocolos, com instituições europeias e da América Latina. E criou também vários museus/galerias virtuais (24), na linha da singularidade da sua inauguração: Jorge Sampaio lançara na internet o 1º Museu Virtual de Imprensa do mundo.

5. Por cá, avançou-se, em 2001, com o projeto País de Gutenberg, criando-se núcleos/museus de imprensa em diferentes cidades. O rico acervo associado à vontade de diversos autarcas permite criar-se uma "rede de museus" única que valoriza o património de imprensa existente em Portugal.

O trabalho do museu resgatou muita história e maquinaria, relíquias cuja conservação só foi possível com o grande espaço de armazém existente. Criou-se um espólio singular, hoje avaliado em mais de três milhões de euros.

6. Tornou-se público, desde há muito tempo, que o museu, estando instalado numa "pérola ribeirinha", provocava a gula de muitos pretendentes. Será por isso que o projeto está a ser asfixiado?

Como é sabido, as instalações do museu são da Associação Museu da Imprensa. "Pertencem-lhe" por mais 40 anos, de acordo com a escritura pública assinada em 1994 com o presidente Fernando Gomes, na presença do então ministro Luís Marques Mendes. Tratou-se de construir um museu sobre as ruínas da antiga fábrica de briquetes, adquirida pela autarquia. Das ruínas nasceu um "projeto utópico", em que poucos acreditavam. E a AMI foi concretizando a sua missão, apesar de muitos entraves.

Quem pode contrariar esta verdade?

7. O plano que o Sr. Presidente certamente travará – como defensor da cidade e em memória de Paulo Cunha e Silva – pode estar ligado ao fecho "temporário" do museu, decidido em agosto de 2022, com um pretexto singular: avaria de alguns detetores de incêndio! Este fecho foi assumido pela nova direção da AMI proposta pela presidência da CMP, na qualidade de sócio fundador. Já lá vão 15 meses e ainda não houve tempo... para

consertarem os ditos detetores!!! Ninguém acreditará noutras razões, conhecendo a premência da situação. Fechado, o museu não cumpre a sua missão, fica asfixiado financeiramente e degrada-se o seu património.

8. Quando a presidência da CMP assumiu o controlo da AMI/Museu, a instituição continuava na sua linha de mais 30 anos de trabalho: o museu tinha várias exposições e projetos em desenvolvimento, continuava a estar aberto 365 dias e tinha garantido os meios financeiros necessários ao seu regular funcionamento, designadamente com a contratualização de um restaurante panorâmico. O projeto deste restaurante passou por todas as instâncias técnicas e ficou "retido na mesa da presidência". Na sua mesa. Tal como o processo apresentado na Ágora para a realização do PortoCartoon.

Tudo estava tranquilo e com condições para uma vida institucional progressivamente desafogada...

Exposição "Imprensa revolucionária e o 25 de Abril", uma das últimas realizadas no museu, antes de encerrar

9. Com a tomada da presidência da AMI pela CMP (junho de 2022), os resultados estão à vista: museu fechado, sem luz, nem telefone, e com os técnicos abandonados sem saber o que fazer; XXIII PortoCartoon suspenso; XXI Concurso de Textos de Amor Manuel António Pina também suspenso; Projeto País de Gutenberg parado; conservação técnica das máquinas suspensa, etc. Estamos perante uma folha de serviços dourada, ótima para os cartunistas que ainda não receberam informação adequada sobre a suspensão do PortoCartoon.

10. Afinal, que "nível de missão" não estava a ser cumprido em junho de 2022 e passou a ser satisfeito nos 15 meses seguintes, sob a responsabilidade principal da presidência da CMP?

Porto, 18.11.2023 Luiz Humberto Marcos
(diretor do Museu Nacional da Imprensa até maio de 2022)

"SERIA UM CRIME"

Entre o choque e a surpresa: conhecidas personalidades do mundo do cartune dirigiram-se ao município do Porto, apelando à preservação do Museu Nacional da Imprensa (MNI). "Eu imploro: não permita que seja eliminado, seria um crime imperdoável", afirma o cartunista italiano Alessandro Gatto, duas vezes vencedor do Grande Prémio PortoCartoon. Para Gatto, autor de duas esculturas do Roteiro do Humor, a instituição é "uma pérola rara" no mundo da cultura. "O que será dos náufragos depois de também terem devorado a jangada?", pergunta com ironia.

"É um choque para todos os cartunistas que o MNI feche as portas", alerta o presidente da Federação Mundial das Organizações de Cartoon. Assegurando que o PortoCartoon "está na nossa lista dos três melhores concursos/exposições do mundo do humor gráfico, Peter Nieuwendijk lembra que integrou várias vezes o júri. "Peço que não deixem de apoiar este evento internacional (…) Que o Porto seja mais uma vez a plataforma dos cartoonistas".

Até da China chegou uma mensagem. Cheng Zhu, presidente da bienal "Red Man" International Humour Art, considera o museu "um símbolo da cidade do Porto, um marco cultural que cartunistas de todo o mundo esperam visitar". Daí o desejo de que "possa ser integralmente preservado".
PM

HÁ 12 ANOS COM A MISSÃO DE SERVIR A COMUNIDADE

Num contexto de crise do Jornalismo, o *Sul Informação* afirma-se como um jornal exclusivamente online e focado em informar a comunidade algarvia. Enfrentando os desafios da área, mantém-se resiliente e relevante, desempenhando um papel essencial para a população local.

Rosana de Sousa Texto **Matilde Paço** Fotografia

É no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve, na incubadora de empresas UAlg Tec Start, que encontramos a redação deste jornal. Não muito grande, mas prática e funcional, é suficiente para os seis profissionais de comunicação que lá trabalham. Quatro jornalistas – Elisabete Rodrigues, Hugo Rodrigues, Pedro Lemos e Mariana Carriço – e dois responsáveis pela gestão da publicidade, Nuno Costa e Mariana Vilaça.

"Este jornal tem uma característica importante e diferente em relação aos outros jornais, que é o facto de ter sido fundado por jornalistas e ser pertença dos jornalistas", conta-nos Elisabete Rodrigues, diretora e cofundadora, em conjunto com Hugo Rodrigues e Nuno Costa. Em 2011, descontentes com a publicação onde trabalhavam, os três decidiram despedir-se e criar um novo projeto: um jornal regional totalmente digital e gratuito.

Elisabete Rodrigues explica que tudo começou no contexto da crise da "Troika", numa altura em que várias empresas encerravam atividade. "Nós fazemos o contrário: vamos fundar um jornal. Chamaram-nos malucos, por várias razões, para já por estarmos a criar um jornal quando estavam outros a fechar, e depois por ser só online", conta a jornalista, com 38 anos de carreira. Se a criação de um jornal online parece hoje absolutamente consensual, há 12 anos foi vista como visionária, pois apesar de já existirem vários projetos jornalísticos na web ainda pouco se falava de meios digitais na região. "Até nos perguntavam uma coisa na altura: 'então quando é que vocês fazem um jornal a sério?'", revela-nos a diretora.

O facto de o jornal ser digital permitiu aos fundadores, então desempregados, "colocar o projeto de pé em relativamente poucos meses, algo que com um jornal impresso demora mais tempo", assinala Nuno Costa, licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Algarve. "Se hoje temos milhares e milhares de *templates* [de sites] para escolher, na altura não era assim. E nós fizemos esse trabalho de raiz, porque queríamos continuar a trabalhar e sabíamos que havia falta desse trabalho jornalístico", acrescenta. Em menos de dois meses, e fruto do esforço de apenas três pessoas, a 26 de setembro de 2011 a primeira edição do jornal foi lançada.

PAYWALL: UMA POSSIBILIDADE?

O acesso aos conteúdos do *Sul Informação* é totalmente aberto e, além das receitas de publicidade, o jornal conta com um sistema de donativos dos leitores. De acordo com Nuno Costa, a fraca, ou inexistente, cultura de pagar para ler reflete-se nas contribuições que recebem: "Podemos pensar que temos 80 ou 85% de leitores de língua portuguesa, mas, se formos ver quem faz os donativos, se calhar a coisa é 50/50. Temos muitos leitores estrangeiros". Apesar de a principal fonte de rendimento ser a publicidade, cada vez mais tentam distanciar-se desse método, sobretudo por estarem inseridos "num meio pequeno como é o Algarve", refere Elisabete Rodrigues. Assim, o *Sul Informação* tenta candidatar-se cada vez mais a projetos e bolsas

Um jornal "fundado por jornalistas e pertença dos jornalistas", sublinha a diretora, Elisabete Rodrigues (à esquerda)

Redação está instalada no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve

de Jornalismo, existindo "uma tendência para que isso represente uma maior fatia do financiamento", revela. Exemplo disso foi a bolsa atribuída pela Google – a Google News Showcase – que, na altura da pandemia, apoiou este projeto com cerca de 5000 dólares. Ainda que esse período se tenha traduzido num decréscimo do investimento em publicidade, resultou simultaneamente num grande aumento dos donativos dos leitores. Elisabete Rodrigues vê-o como o resultado da qualidade do acompanhamento dos casos de Covid-19 no Algarve. Embora se esteja a investir e a considerar outras fontes de rendimento, a publicidade continua a constituir a maior fatia.

Na redação do *Sul Informação*, a implementação de uma *paywall* no site é uma questão muitas vezes debatida. "Tendo em conta aquele panorama de uma cultura não muito habituada a pagar por notícias, se nós colocarmos conteúdo atrás de uma *paywall* aquilo que nós pretendemos fomentar, que é a literacia, fica limitado", observa Nuno Costa. O responsável pelo Departamento de Marketing e Publicidade enfatiza o compromisso de levar conteúdos fidedignos a um público mais amplo, de modo a que "mais pessoas possam estar bem informadas sobre a realidade do Algarve". Embora considere que poderia ser uma estratégia interessante, Elisabete Rodrigues concorda que a adesão do público não seria significativa. A equipa mantém a hipótese de vir a implementar um sistema de pagamento por notícias, não na totalidade, mas exclusivamente para "conteúdos que adicionam algo mais a uma reportagem", por exemplo.

Acerca da percepção do Jornalismo por parte do público, Nuno Costa destaca a importância do reconhecimento de que é um garante da democracia, realçando que é na sua ausência que é percebida a sua relevância. O jornalista aponta a necessidade e urgência do investimento em estratégias de apoio aos órgãos de comunicação por parte do Estado e das entidades competentes e, mais do que isso, em programas e iniciativas de literacia mediática à população.

ESTAR PERTO DA COMUNIDADE

Formado na Escola Superior de Comunicação Social, em

Os aspetos positivos de fazer Jornalismo de proximidade superam as dificuldades

Lisboa, Pedro Lemos decidiu voltar à região onde cresceu para exercer a profissão. Para este jovem jornalista, o foco deve ser colocado na qualidade do Jornalismo. Na sua opinião, é necessário equilibrar notícias que precisam de ser publicadas imediatamente com um Jornalismo ao qual é dedicado mais tempo, que é mais aprofundado e demorado, alinhado com o conceito de *Slow Journalism*. Pedro Lemos constata que peças que requerem uma investigação mais profunda, como visitas a locais e mais entrevistas, tendem muitas vezes a ser mais bem-sucedidas.

Num panorama onde, de acordo com o Digital News Report 2023, é comum as informações de maior alcance liderarem, o Jornalismo de proximidade emerge como um pilar da busca pela verdade. O jornalista salienta a importância de se estabelecer proximidade com as comunidades locais, de forma a contar histórias autênticas que frequentemente "não têm lugar num grande jornal". Neste contexto, o *Sul Informação* sobressai, comprometendo-se com o Jornalismo de proximidade. "Acima de tudo, as pessoas gostam de saber e interessam-se por aquilo que se passa na rua delas", sublinha.

No entanto, este tipo de Jornalismo não está isento de desafios. Do ponto de vista de Pedro Lemos, a proximidade com o público e as fontes pode gerar pressões, dilemas éticos e "intenções menos boas". Ainda assim, os aspetos positivos de fazer Jornalismo de proximidade superam as dificuldades. Afigura-se como um espaço de narrativas verdadeiras, tornando-se quase "um amigo das pessoas", confessa o jornalista.

Quanto ao interesse do público, Pedro Lemos considera que existe uma maior confiança nos jornais regionais. Esta confiança reflete a importância do Jornalismo local, que mantém viva a conexão entre as comunidades e a autenticidade inerente às suas histórias. "Nós vamos aos sítios, desde Alcoutim a Aljezur, passando por Monchique, por todo o Algarve", refere Elisabete Rodrigues. "Vamos lá, fisicamente. Não fazemos jornalismo de secretária. Às vezes também fazemos uns telefonemas, mas é muito diferente ir aos sítios e fazer a reportagem, conhecer as pessoas, contar a história das pessoas daquele sítio. Isso marca a diferença no nosso trabalho", conta-nos, sempre com o espírito de missão de servir uma comunidade, a diretora do jornal. JJ

** Alunas do 3.° e 2.° anos, respetivamente, do curso de Ciências da Comunicação da Universidade do Algarve, orientadas pelos professores Ana Filipa Martins e Mário Antunes.*

ESPAÇO DE ESTUDANTES

O propósito desta secção é abrir as páginas da JJ às atividades da Associação Repórteres em Construção, que reúne docentes universitários, encarregados da supervisão das peças, e estudantes da área do Jornalismo. A parceria procura cumprir dois objetivos: aproximar os jovens que desejam ser jornalistas da realidade do setor, familiarizando-os com práticas e rotinas profissionais, e abordar realidades distintas, cuja diferença pode residir nos meios de comunicação envolvidos, nos seus contextos de atuação ou no grau de implantação nas regiões onde estão sediados.

ANA SOUSA DIAS
"NUNCA TIVE FEITIO PARA ME PÔR COM PROTAGONISMOS"

"A figura principal numa entrevista é o entrevistado". A máxima de Ana Sousa Dias tanto é lição de Jornalismo como expressão de um traço de personalidade. Não por acaso, a profissional distinguida com o Gazeta de Mérito confessa que aceitaria sem hesitar um novo convite para um programa de entrevistas. Porém, a sua carreira está longe de se circunscrever ao celebrado programa "Por outro lado", emitido na RTP 2, de 2001 a 2007. Daí o seu entusiasmo a falar de jornais, da rádio, da agência.

Eugénio Alves e Paulo Martins Texto **Inácio Ludgero** Fotos

Como entraste para a profissão?
Quem me trouxe para esta vida foi o Miguel Serrano. Eu tinha vivido em Bruxelas no mesmo prédio da filha dele, a Esmeralda, e era também amiga do filho, Miguel Eduardo. Quando voltámos de Bruxelas, depois de 25 de Abril, o Miguel arranjou-me umas traduções no *República*. Eu tinha 18 anos, nunca pensara em ser jornalista. Fui para a Bélgica entre 6.º e o 7.º ano antigos. Tentámos ir para uma faculdade em Lovaina, tirar o curso de Arqueologia e História de Arte, porque o diretor era antifascista e facilitava o acesso, apesar de eu não ter completado o 7.º ano. Mas deu-se o 25 de Abril e vim para Portugal. Mais tarde, completei o 1.º ano do curso da Faculdade de Letras, mas como já tinha um filho e trabalhava muito, não consegui continuar. Portanto, não sou licenciada, o que já me custou alguns empregos.

A primeira publicação onde trabalhaste como jornalista foi a *Vida Rural*.
Sim. Com o Miguel Serrano, precisamente.

Naquela época, seria a publicação menos envolvida na política…
Não! O *Vida Rural* era sobre a Reforma Agrária! Estamos a falar de 1975. O Miguel Serrano foi nomeado diretor quando saiu do *República* e convidou-me para a redação, com a Teresa Sampaio e o Álvaro Esteves. Após o 25 de Novembro, a revista fechou – ou foi suspensa – e começou *o diário*.

Estiveste n'*o diário* até 1988.
E depois passei a colaborar com o *Expresso*, a recibos verdes. O Vicente [Jorge Silva] já estava a preparar o *Público* e disse-me: "Queremos que venhas connosco". E fui.

Tens uma experiência longa na Imprensa, mas passaste também pela rádio, pela televisão, pelo digital.
E pela agência.

Ou seja, fizeste Jornalismo em todos os campos. Qual te agarrou mais?
O que gosto mais é de escrever e fazer rádio.

Mas o teu programa de televisão, "Por outro lado", foi magnífico.
Foi uma invenção da Diana Andringa e da Clara Alvarez. A Diana várias vezes me tinha dito para eu fazer televisão, mas eu achava que não era capaz. Um dia, talvez em novembro de 2000, toca o telefone em casa e a Diana Andringa: "Era só para te avisar que a partir de janeiro vais substituir a Maria Elisa nas entrevistas da RTP 2". E eu disse: "Enlouqueceste? Eu não sei fazer televisão. A Maria Elisa sabe muito mais do que eu. O que é que eu vou fazer?". Ela respondeu: "Não me interessa, já estás na grelha". Foi mesmo assim! Fui obrigada, foi um abuso! (risos).

Disseste numa entrevista ao programa da RTP "Mulheres que contam" que aprendeste a fazer televisão vendo televisão.
Sim, e a fazer entrevistas também.

Mas já tinhas maturidade, não eras propriamente uma jovem deslumbrada…
Já tinha 44 anos quando comecei a fazer esse programa, em 2001. E experiência, por já ter trabalhado em muitos meios. Uma pessoa com 44 anos já não fica completamente deslumbrada como aos 20.

Isso reflete-se nas entrevistas. O ar tranquilo, calmo, sereno, sem interromper…
Também tem a ver com a duração do programa, 50 minutos. Dava tempo para tudo, não é? Não era propriamente uma entrevista de telejornal em que tens dois minutos e o entrevistado tem de ser mesmo interrompido. Ali, havia respiração. E de facto aprendi a fazer entrevistas com pessoas que vi a fazê-las na televisão, como o Joaquim Letria, Carlos Cruz. O que baralhou as coisas na altura foi o facto de surgir uma "escola" de agressividade por parte dos jornalistas, em televisão. Não é que eu tivesse inventado a roda.

O contraste com outras entrevistas era grande.
Derivava dessa "escola", que talvez tenha sido o resultado do aparecimento das televisões privadas, de haver muita competição e pessoas a serem atiradas para a frente, a fazerem entrevistas com pouca preparação profissional e pouca capacidade de ouvir. Usavam a agressividade como instrumento. Eu não tinha razões para isso. O programa era tranquilo, podia escolher quem eu quisesse para entrevistar. Fiz o programa durante sete anos e não tive uma interferência que fosse das sucessivas direções. Não tenho razão de queixa.

"Fiz o programa ['Por outro lado'] durante sete anos e não tive uma interferência que fosse das sucessivas direções. Não tenho razão de queixa"

"A rádio tem uma coisa muito boa para mim: não me preocupo com a imagem. Sou péssima nisso, não me maquilho normalmente, ando sempre despenteada, e não sou daquelas pessoas que só saem de casa depois de se verem muito bem ao espelho"

O mais importante na tua carreira, naturalmente, é esse conjunto de entrevistas, mais de 300, mas já disseste publicamente que gostas mais da rádio.
A rádio tem uma coisa muito boa para mim: não me preocupo com a imagem. Sou péssima nisso, não me maquilho normalmente, ando sempre despenteada, e não sou daquelas pessoas que só saem de casa depois de se verem muito bem ao espelho. Na rádio, estou mais à vontade. A televisão exige esse lado da imagem. Estás quase a começar a entrevista e vai alguém puxar-te o cabelo ou acertar a blusa, o que pode desfocar-te da conversa. E tem de se acertar as luzes, as câmaras… Há sempre um tempo de espera que é chato. Na rádio, não. Carregas no botão e começas.

Isso também deriva da tua atitude: sou entrevistadora, não sou protagonista, não me interessa nada a imagem.

Claro! Eu não estava a pensar em ganhar protagonismo. Em televisão, apareces duas vezes e já parece que... A porteira do prédio onde eu vivia há imensos anos cruzou-se comigo na escada e disse-me: "Apareceu uma pessoa muito parecida consigo na televisão". E porquê? Porque nunca me tinha visto naqueles preparos. Hoje, aparecem os nomes dos jornalistas, o que não acontecia quando comecei, na Imprensa. Depois, ao trabalhar na agência, vi isso potenciado. Trabalhar numa agência é uma escola extraordinária! Ninguém sabe quem tu és.

São jornalistas anónimos.

Exato. É uma responsabilidade! Quando cheguei à televisão, já tinha muitos anos de profissão. E também nunca tive feitio para me pôr com protagonismos. Na imprensa, de facto, havia anonimato. Lembro-me de um episódio cómico, a propósito de uma reportagem que escrevi no *Público*. Poucos dias depois, uma senhora falou dela contando uma história que nada tinha a ver com o que escrevi. Fez-me duvidar da minha capacidade de contar histórias. A certa altura da conversa, disseram-lhe que era eu a autora. Ela não tinha dado por isso. Para ela, o nome da jornalista era irrelevante. Claro que depois aparecem as "estrelas"... Mas nós tivemos essa prática dos jornais em que a notícia é o principal. O protagonista é quem estamos a entrevistar ou surge na reportagem. Eu nem tenho fotografias com as pessoas que entrevistei, algo que às vezes se fazia nos jornais.

E os cargos de direção que exerceste? Gostaria que falássemos sobre isso.

Ah, isso foi... Eu sei que tenho um problema com a autoridade. Em geral, as chatices que tive foram sempre com as quem estava na hierarquia acima de mim, não com os colegas. Dizia que não queria cargos desse tipo, mas um dia, estava eu sem trabalho, o Luís Miguel Viana convidou-me para editora de Cultura na Lusa. Disse-lhe que, nessa altura, até já achava que seria capaz [de exercer a função], porque trabalho bem em equipa e gosto de coordenar pessoas. Nunca fui diretora; fui subdiretora e editora. O problema com a autoridade deve ser uma coisa de infância. Fui expulsa de um colégio interno.

Disseste numa entrevista que fizeste tudo mais cedo do que os outros.

"Eu sei que tenho um problema com a autoridade. Em geral, as chatices que tive [quando integrou equipas de direção] foram sempre com quem estava na hierarquia acima de mim, não com os colegas"

"A minha formação foi feita nas redações, com grandes profissionais, que me punham na ordem, mudavam os textos. Até tive aquele tipo de chefe que mudava 'mas' para 'porém'. Aprendi ali, vendo os outros fazer, por tentativa e erro"

É verdade. Fiz as coisas muito cedo. Casei-me com 16 anos. Tive o primeiro filho aos 23.

O teu avô, tua referência de vida, disse que tu procedeste bem, mas que não devias ter sido apanhada, nesse episódio do colégio, no Instituto de Odivelas.

O meu avô era antifascista, filho do general Sousa Dias, cuja vida foi destruída pelo Estado Novo. Essa história de Odivelas ocorreu quando eu tinha 14 anos. O meu avô disse-me: "Deves fazer sempre o que achas que deves fazer. Se isso for contra as regras, não podes ser apanhada". É um grande ensinamento!

Estamos a falar do tempo do fascismo...

Sim, há um contexto. E eu posso orgulhar-me: não fui apanhada; outras foram apanhadas e denunciaram-me. Um dos meus irmãos mais velhos tinha um cartaz do Che Guevara, que eu sabia vagamente quem era. Passei a papel vegetal o contorno do cartaz, levei-o para o colégio e pintei-o nas horas de estudo. Outras alunas pediram-mo. Foram apanhadas e, claro, disseram que tinha sido eu, se calhar sem perceberem a gravidade. Soube depois que tinha um processo muito grande, porque tinham intercetado uma carta – todas eram abertas pela direção – em que eu falava num livro, "Os crimes de guerra no Vietname", de Bertrand Russell. O meu processo tinha várias coisas parvas, como [a referência a] um desenho, em que escrevia "paz, não à guerra", que foi confiscado. Consideravam que eu era muito subversiva, achavam que pertencia a uma organização proibida. Obtive muito boas notas, também porque algumas professoras aproveitaram para se manifestar, mas em comportamento tinha "mau", escrito a vermelho. A diretora disse aos meus pais que ou me tiravam de lá ou seria aberto um processo disciplinar. E os meus pais tiraram, porque não queriam que eu passasse por isso. Não quero alongar-me; esta história não tem nada a ver com Jornalismo.

Tem, tem. Essa experiência conta.

Também conta na minha formação, por exemplo, o facto de a minha avó paterna, mulher desse meu avô, ser uma pessoa que lia muito e, no Natal, oferecia sempre livros. Foi a primeira pessoa que me ofereceu livros da Sofia de Mello Breyner. O ambiente era favorável. Do lado da minha mãe, eram igualmente boas pessoas, mas muito católicas, muito conservadoras.

Na entrevista de que já falámos, disseste que recusaste fazer

programas de televisão porque, estou a citar, "não querias transformar-te noutra coisa".

Ah, isso foi porque me convidaram para fazer um programa da tarde, daqueles com público. Vou só dar o enquadramento, para perceberem. Quando o Emílio Rangel saiu da SIC para a RTP, a SIC resolveu dar uma reviravolta e dizer "nós é que vamos fazer serviço público". O diretor de programas convidou-me com o melhor argumento do mundo: "você está a trabalhar num cineclube e eu vou pôr fotografias suas em todas as paragens de autocarro!". E eu: "É melhor não usar esse argumento comigo, porque não quero aparecer nas paragens de autocarro". Ainda acrescentou que os estilistas iriam oferecer-me roupas.

Não percebia que estava a convidar uma pessoa que não tinha esse perfil?

Não. E ficou muito surpreendido porque quando passei pela redação foi uma festa. Eu tinha trabalhado com metade daquelas pessoas. Talvez ele pensasse que tinha aparecido de geração espontânea na RTP 2. Disse que não aceitava a minha recusa, que eu teria de falar com a família. Os meus filhos ficariam aterrorizados se lhes dissesse que ia aparecer num programa daqueles! O episódio teve um lado bom: soube-se do convite e o que eu ganhava, que era muito pouco, foi aumentado valentemente. Desse ponto de vista, a proposta da SIC foi ótima, mas eu não me imaginava naquele papel. E, depois, os estilistas… Eu gosto de escolher a roupa. Posso escolher muito mal, mas é a que eu gosto.

Sentiste que o programa na RTP 2 permitia essa autenticidade? O mais marcante nas entrevistas era a tua autenticidade. Não estavas ali a fazer um "boneco".

Eu sou mais apalhaçada (gargalhadas). Rio-me muito e digo muitos disparates. Ali, não podia, até por não querer protagonismo. Já bastava o facto de ter duas imagens, sempre com o espelho. Não podia pôr o dedo no nariz…

É da entrevista que gostas mais, enquanto género no jornalístico?

Na verdade, todos nós gostamos mais de fazer reportagem, que dá mais gozo, dá espaço para procurares coisas, para encontrares o ambiente. A reportagem é o melhor que um jornalista pode fazer. Um dia, a falar com uma jornalista, disse precisamente isto. E ela: "Ai, não... Eu gosto mesmo é sacar notícias pelo telefone". Fiquei horrorizada. Qual é o gozo disso? Eu gosto de fazer entrevistas, mas comecei muito tarde. A primeira a sério foi para a revista do *Público*, pouco depois do incêndio do Chiado [1988], ao Siza Vieira, sobre a reconstrução. Foi antes de uma reunião dele com o Krus Abecasis [então presidente da Câmara de Lisboa], que se atrasou. Eu e o Siza Vieira ficámos a conversar muito tempo. A entrevista saiu bem, porque teve muito tempo para respirar. A partir daí, comecei a fazer mais. Acho que a Diana Andringa quis aproveitar o facto de eu fazer entrevistas. Achava que a minha imagem funcionava e tinha com certeza a intuição de que eu não ia ficar idiotizada com o batom.

O que se notava mais naquelas entrevistas era a preparação. Hoje, há quem pense que o jornalista não precisa de se preparar.

Eu não tenho curso de Jornalismo; não havia quando comecei. A minha formação foi feita nas redações, com grandes profissionais, que me punham na ordem, mudavam os textos. Até tive aquele tipo de chefe que mudava "mas" para "porém". Aprendi ali, vendo os outros fazer, por tentativa e erro. Apanhei jovens fantásticos em todos os sítios onde trabalhei. Tenho imensa pena que muitos deles não tenham conseguido ficar, porque hoje estão muito mais bem preparados, têm muito mais informação.

Temos exemplos, nos prémios [Gazeta] Revelação, de jornalistas que mostravam ter um talento e uma capacidade incríveis e desapareceram…

Porque ninguém lhes deu trabalho. Contratos a prazo a seguir a contratos a prazo…

Podias ter aprendido com pessoas que transformam entrevistas em interrogatórios, como por vezes vemos…

Preferi fazer outra coisa [no programa "Por outro lado"]. Fiz como queria fazer e como achava que era o melhor que podia fazer. Não tomei, a esse respeito, uma decisão. A única decisão foi não entrevistar as mesmas 50 pessoas que todos os anos eram entrevistadas. Quis entrevistar pessoas que não costumam aparecer, de áreas que não costumam ter destaque. O Alfredo Cunha ajudou no conceito – puxar pelo lado menos conhecido das pessoas conhecidas – e quando falei na ideia ao meu grande amigo António Costa Santos disse-lhe que não queria que o título fosse "O outro lado". Foi ele que "deu" o título: "Por outro lado". No caso de pessoas que já eram conhecidas, mostrava o lado menos conhecido e a entrevista fluía. E entrevistei pessoas que nunca tinham dado uma entrevista.

"Os tipos de agência são os jornalistas que aguentam a informação toda! Quando estiveram em greve, a informação ficou por um fio. A agência não põe em linha uma notícia – é uma regra do ouro – sem a ter confirmado"

"Apesar de todos os defeitos, a RTP tem uma informação muito mais fiável. Não vou dizer que é a única fiável, mas é a mais equilibrada, a mais controlada, até porque está sempre sob fogo cerrado"

Pessoas que nem sequer estavam habituadas a ter uma câmara à frente. Mas criavas condições para se sentirem à vontade.

Como o cenário incluía espelhos, os *cameraman* tinham um pano por cima, para não aparecerem na imagem. Ficava relativamente escuro. Dava um ambiente de intimidade,

apesar de não estarmos sozinhos no estúdio. Um aspeto essencial: o realizador, Rui Nunes, homem muito bem preparado. Imagina que no meio da entrevista havia um momento mais emocional e a pessoa entrevistada começava a chorar. Eu sabia que o Rui a tirava a câmara e punha-me a mim em primeiro plano, para a resguardar. Protegia a pessoa! Fez isso várias vezes. Um dos entrevistados, que se tinha comovido, telefonou-me a pedir que lhe agradecesse esse gesto. Talvez os espetadores não se apercebessem imediatamente, mas no programa o respeito pelos entrevistados não era só meu, era também do realizador. Agora, como provedora, trabalho com pessoas que fizeram o programa comigo e se lembram com saudade.

Depois desse trabalho exemplar – aliás premiadíssimo –, agora exerces uma função…

Entretanto, fiz parte da direção do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*. E estive na Lusa, uma grande escola! Como trabalhei em muitas redações, sei como é que se dizia sobre a Lusa. Era sempre parente pobre – "Lá estão os tipos da agência…" Os tipos de agência são os jornalistas que aguentam a informação toda! Quando estiveram em greve, a informação ficou por um fio. A agência não põe em linha uma notícia – é uma regra do ouro – sem a ter confirmado, porque o erro de uma agência repercute-se em todo o lado. Então agora, que entra diretamente em todos os sites e vai para toda a imprensa regional e para as rádios! Aprendi muito na Lusa.

Este ano, pela primeira vez, um jornalista da agência recebe um Prémio Gazeta.

É um orgulho receber um prémio ao lado do Pedro Caldeira Rodrigues.

Também se distingue o rigor – não há uma narrativa só, há os dois lados, há nuances, há contexto. Ele teve essa preocupação [nas reportagens sobre a guerra Rússia-Ucrânia].

O Pedro é um grande jornalista. Não queria deixar de referir a Lusa. E a rádio, que também adoro. No fundo, tive imensa sorte: fui para o Jornalismo quando o curso da minha vida seria outro – eventualmente, professora do liceu. Ser jornalista permite-nos chegar a sítios e conhecer pessoas que nunca conheceríamos noutra profissão.

É essa a grande riqueza.

Não é nós aparecermos; é conhecermos, termos acesso. É um privilégio! Como disseste, nesse programa fiz 300 e tal entrevistas e, noutros órgãos, fiz mais. Já viste o privilégio que é estar ali uma hora a falar com uma pessoa extraordinária?

Entrevistares pessoas como o Mário Soares, que estava "super-habituado" a lidar com a comunicação social, e professores do secundário ou cientistas que nunca se tinham encontrado naquele contexto.

Lembro-me perfeitamente de um músico que suava em bica e perguntava qual a primeira pergunta que lhe iria fazer, porque nunca tinha dado uma entrevista na vida. Eu tentava que as pessoas ficassem calmas e estivessem à vontade. A figura principal numa entrevista é o entrevis-

tado. Numa sessão do Folio [realizada em Óbidos, na véspera do dia desta entrevista], uma escritora chinesa, de Hong Kong, disse que dava aulas de escrita de ficção e que alguns alunos não liam. Queriam escrever e não liam. Eu estava na assistência e disse-lhe que isso me faz lembrar quando damos aulas de Jornalismo e os alunos dizem que querem ser jornalistas, mas não leem jornais, não veem televisão, não acompanham a atualidade. Ela nunca perguntara aos alunos por que frequentavam as suas aulas, mas disse, que se percebia que um aluno não gostava de um escritor, recomendava outro, até encontrar um que ele gostasse, para ver se conseguia criar o hábito da leitura.

Depois da exaltante experiência na imprensa, na rádio, na televisão, na agência, és agora provedora do telespetador.

Entretanto, reformei-me.

Desempenhas uma função muito diferente.

Há três ou quatro aspetos diferentes neste trabalho. Um deles é o contacto com as mensagens que recebo todos os dias. Há um lado mau: nas redes sociais, às vezes, há apelos ao envio de mensagens à provedora – sobre touradas ou greves de professores, por exemplo. Aí, recebo centenas por dia, iguais ou parecidas. É o menos interessante, porque a resposta é igual para todas. Noutras mensagens, os temas são variados: questões que têm a ver com Jornalismo, com a publicidade ou com programas que começam atrasados. Faço os programas semanais – tenho uma equipa – a partir de mensagens recebidas. Uma parte do trabalho é mais invisível: falar com pessoas dentro da RTP e, às vezes, resolver problemas sem aparecer, nem nas mensagens, nem na televisão. São questões mais melindrosas. Se recebo uma mensagem sobre um apresentador, falo com ele e tento resolver as coisas sem hostilidade. Estou ali para resolver problemas e para ajudar. Tentando sempre, claro, adotar o ponto de vista do telespectador.

Entre as mensagens, há exercícios de cidadania e há discurso de ódio e coisas do género?

Aparece muito discurso de ódio. Com o anonimato que as redes sociais permitem, acontece como nas caixas de comentários às notícias dos órgãos de comunicação. As pessoas até podem incluir o nome, mas não estão a olhar olhos nos olhos e dizem as coisas mais brutais, mais malcriadas. No caso das guerras, é terrível, porque há os que são a favor de uma parte e os que são a favor da outra e dizem que a RTP está a favorecer um ou outro lado. Mas 95% (ou 97%) das mensagens que recebo fazem referência à contribuição audiovisual. "Sou eu que pago os vossos salários e, portanto, vocês têm de fazer isto ou aquilo". As pessoas não têm noção de que os três euros que pagam não chegam para nada, que são das contribuições audiovisuais dos serviços públicos mais baixas da Europa, tendo vários canais disponíveis e serviços como o arquivo, totalmente acessível no site. Se quiseres hoje ver um programa do Herman José de há 40 anos, vais à RTP Play e encontras, mas também encontras os programas do Vitorino Nemésio. É um tesouro! A generalidade das pessoas que trabalham na RTP não só não ganham bem, e não são aumentadas há anos, como pagam a contribuição audiovisual como qualquer um de nós. Portanto, essas observações são um insulto. É a relação que temos com a função pública – "eu é que pago o seu salário". É de uma arrogância extraordinária, porque a pessoa está a trabalhar e não decidiu que imposto vais pagar.

Sentes que és o rosto da RTP, que os espetadores te percecionam como a pessoa a quem podem queixar-se?

Sim, mas também recebo mensagens a dizer que não faço nada, que sou inutilidade completa, porque acham que por me escreverem uma carta eu vou mudar tudo. A RTP não é uma cambada de mafiosos que está ali para prejudicar os telespectadores. Apesar de todos os defeitos, a RTP tem uma informação muito mais fiável. Não vou dizer que é a única fiável, mas é a mais equilibrada, a mais controlada, até porque está sempre sob fogo cerrado. Há televisões que fazem algo que não é bem informação. Na RTP, isso é impossível. As pessoas também refilam, claro. E ainda bem que refilam. Quer dizer que estão atentas.

Como é que os jornalistas respondem às críticas?

Geralmente, faço o contacto através dos diretores. Quando, por vezes, falo com os próprios jornalistas, tento fazê-lo de uma forma discreta e pedagógica. Há situações em que a minha intervenção não pode ser pôr uma câmara à frente do jornalista e dizer que fez asneira e outras em que tenho de fazer isso. Nesta função, tanto respondo a telespetadores que criticam o anúncio publicitário, como aos que se queixam de ter sido trocada na RTP Memória a ordem dos episódios do "Dallas".

Se, depois desta longa carreira, te convidassem para produzir um programa de entrevistas…

Dizia logo que sim, nem hesitava!

Essa resposta seria uma boa maneira de terminar a entrevista, mas temos de falar da atualidade. Como vês a evolução do Jornalismo, globalmente?

Hoje, o Jornalismo tem meios e ferramentas que nunca tivemos. Nós ditávamos a notícia numa cabina telefónica. Tínhamos de estar sempre a pôr moedas e garantir que quem estava a ouvir do lado de lá escrevia e não dava erros, não alterava tudo. Hoje, tens instrumentos extraordinários. Podes dar notícias em tempo real. A minha primeira experiência a sentir como isso é duro foi na Lusa. Já era a primeira a dar a notícia, mas a partir do momento em que os jornalistas começaram a levar o computador para a conferência de imprensa ou a reportagem e a escrever ou a filmar ao mesmo tempo…

Não podes fugir desse registo…

O facto de o jornalista ter muitos instrumentos permite fazer coisas que antigamente não fazia. Mas é exigido que faça muitas coisas ao mesmo tempo. Nós não tínhamos de nos preocupar onde deixávamos o carro em reportagem, nem com a câmara de filmar. Hoje, o jornalista tem de montar a câmara, estar com atenção ao enquadramento e fazer perguntas. Há uma exigência muito maior, de que o público não tem noção, que tira ao jornalista o recuo para pensar, porque imediatamente tens de dar a notícia. Põe-te mais à prova e revela mais as tuas fragilidades. Estás completamente exposto.

O facto de reduzir o tempo para pensar não é danoso, do ponto de vista, do produto final, digamos assim?

É danoso, sim, mas há níveis diferentes. No relato em direto do que está a acontecer – de um jogo de futebol ou de uma comissão parlamentar, por exemplo – ainda bem que tens esses meios. Estás a "entrar" diretamente e o que fazes não passa por ninguém. Se estiveres em reportagem, com vários elementos, falando com várias pessoas, tens de ter tempo para pensar. Em direto, com o microfone na mão, o jornalista não pode errar, não pode disparatar. É mais desafiante. Eu defendo – não me perguntaste, mas vou responder – que os jornalistas não devem especializar-se numa área quando entram para uma redação. Devem passar por várias secções, para aprenderem com os mais experientes, para serem postos em causa. Não são "estrelas" no dia em que entram. Se forem bons, aprendem, não tenho dúvidas.

"Há situações em que a minha intervenção [como provedora] não pode ser pôr uma câmara à frente do jornalista e dizer que fez asneira e outras em que tenho de fazer isso"

"Os jornalistas não devem especializar-se numa área quando entram para uma redação. Devem passar por várias secções, para aprenderem com os mais experientes, para serem postos em causa. Não são 'estrelas' no dia em que entram"

Na terminologia futebolística: têm de ir aos treinos.

Têm de passar por vários setores. Até podem perceber, no decurso dessa aprendizagem, que gostam mais de uma área. O editor tem de estar atento às características de cada um. Só que as redações, neste momento, são tão reduzidas… O emagrecimento das redações não permite isso. Acabas uma tarefa e, sem tempo, já estás a passar para outra. Exige-se demasiado a jornalistas que sabem que ao fim de seis meses vão para o olho da rua. Não se trabalha com pessoas que têm uma perspetiva de melhorar. Ganham pouco – às vezes, quase pagam para trabalhar – e estão em condições muito difíceis.

Noutros tempos, havia da parte dos jornalistas a preocupação de pedir opinião a um camarada. Hoje, até parece que essa atitude é encarada como uma humilhação. E há redações que só têm jovens, não têm alguém mais velho em quem se apoiem.

E com a pandemia deixaram de se cruzar com outros na redação. O ambiente de redação é fundamental.

Agora é mais competitivo.

No nosso tempo, também havia disso. Uma coisa mudou, desde que comecei: a quantidade de mulheres jornalistas. Hoje, já se dá de barato, mas foi importante essa mudança. Eu não vivi o tempo da Maria Antónia Palla, mas quando comecei havia poucas mulheres.

Nos anos 1960-1970, havia meia dúzia; atualmente são a maioria. É uma diferença tremenda!

Não é só o facto de haver mais mulheres. Os homens também já não têm a atitude que vocês tinham em relação aos filhos. Os rapazes hoje tratam dos filhos. Trabalhar até às duas da manhã e depois ir para os copos… Isso já não se faz, porque as pessoas querem ir buscar os miúdos à escola. O facto de as mulheres trabalharem tornou a situação mais paritária. Eu tinha piquetes à noite e no dia seguinte tinha de ir a uma conferência de imprensa às 8 da manhã. Porquê? Porque tinha de provar que era capaz. Ouvia: "Queres ser jornalista? Então faz como nós". Mas os homens tinham as mulheres em casa a fazer o jantar e a tratar dos filhos. JJ

UMA VIDA AO SERVIÇO DA AGÊNCIA

Manuel de Almeida, que deu os primeiros passos no Jornalismo ainda na ANOP, como operador de telefotos, integra os quadros da Lusa desde a fundação, em 1987. As imagens aqui apresentadas são apenas uma amostra da sua fidelidade à casa profissional de sempre. Reuniu imagens captadas em cantos do mundo por onde andou em reportagem para demonstrar que o trabalho da agência excede largamente as fronteiras nacionais, não por querer exibir um álbum de viagens privado. Aos 63 anos, décadas depois da formação adquirida no Cenjor, mantém a atitude discreta que o caracteriza. Mas pode orgulhar-se de ter vencido o único prémio a que concorreu: o Visão/BES de 2007, com a fotografia de um oficial das Nações Unidas a transportar um polícia ferido, que abre este portfólio.

2006, Dili, Timor-Leste.
Numa cidade mergulhada em confrontos, uma fotografia que seria premiada

2006, Teerão, Irão. **Um casal de braço dado na República Islâmica!**

2010, Cabul, Afeganistão. **Augusto Santos Silva, então ministro da Defesa, em visita oficial**

2011, Cairo, Egito.
Protestos na Praça Tahrir contra o presidente Hosni Mubarak, em plena "Primavera Árabe"

(À esquerda)
2009, Farim, Guiné-Bissau.
Apoiantes do candidato presidencial Kumba Ialá em poses guerreiras

2011, Lisboa.
Mário Soares na apresentação de um livro sobre a sua vida e obra

2023, Lisboa.
Vigília pela Palestina, longe do troar dos canhões

2017, Luanda, Angola. **Comício de apoio a João Lourenço, na campanha para as eleições presidenciais**

2023, Arredores de Istambul, Turquia.
Um país de contrastes, em tempo de eleições

2023, Faixa de Gaza.
Início da ofensiva militar de Israel

A
C
R
Ó
S

QUANDO A SOLUÇÃO ESTÁ EM CÓDIGO…

O acróstico é um recurso erudito para ocultar mensagens no texto literário. Ao longo da história da imprensa portuguesa, estes e outros processos foram várias vezes usados por motivos nobres e menos nobres. E apenas um punhado foi descodificado…

Gonçalo Pereira Rosa Texto **Luís Taklim** Ilustração

Só passaram onze anos desde que Jacques Rodrigues, proprietário e fundador da Impala, assinou um acordo com a editora alemã Burda Media para a edição em português da revista semanal *Focus,* mas o optimismo de Outubro de 1999 já desapareceu. Chegando ao mercado depois da *Visão* mas antes da *Sábado,* a revista tardara em impor-se, embora tenha assegurado alguns "furos" que marcaram a primeira década do século XXI. O mais significativo, publicado em 25 de Julho de 2004, tinha o título "A vida secreta de José Sócrates". Sete meses antes das eleições legislativas que fariam de Sócrates primeiro-ministro, João Vasco Almeida assinava então um artigo que hoje se lê como a crónica de uma tragédia anunciada sobre o homem "que faz vida de rico e declara, como único rendimento, o seu ordenado de deputado".

A maré, porém, não é de exaltação em Novembro de 2010. Na redacção de Ranholas, no edifício de gosto duvidoso que Rodrigues ergueu à entrada de Sintra, pressente-se que os dados estão lançados. A direcção acabou de mudar uma vez mais – Humberto Simões é o novo timoneiro e Victor Crisóstomo o chefe da redacção. Alguns dos redactores convidados por João Vasco Almeida começam a sua "via dolorosa" na empresa. Frederico Duarte Carvalho é um deles.

Corajoso e com um saudável apetite pelo abismo, fora editor de Política na gestão anterior e grande repórter. Coubera-lhe assinar, com João Vasco Almeida, o outro triunfo jornalístico da revista – em finais de Novembro de 2006, os dois entrevistaram José Esteves, antigo segurança do CDS, que reconhecera pela primeira vez a manufactura de uma bomba colocada a bordo do Cessna que mataria Sá Carneiro, em 1980. Esses tempos, porém, já estão distantes. No final de 2009, Carvalho gozara em Inglaterra uma licença de paternidade por ocasião do nascimento do filho, opção criticada na Impala, apesar de absolutamente legal. "No regresso, percebi que estava na prateleira", conta hoje. É destacado para projectos especiais, eufemismo empresarial para os serviços supérfluos.

Remando contra a maré, a Impala desdobra-se em iniciativas motivadas por interesse publicitário. Uma delas é um suplemento sobre Energia, destinado a angariar publicidade. O projecto é atribuído a Frederico Duarte Carvalho. "Tive total liberdade para convidar quem quis e escrever sobre o que quisesse", faz questão de dizer. "A única chatice foi mesmo a capa".

Órgão caído em desgraça no seio da Impala, a *Focus* perdera a autonomia de que antes gozara. As suas primeiras páginas têm agora de ser validadas por Paula Rodrigues, filha do fundador e administradora da empresa. "Como sempre, ela mostrou grande indecisão", conta Carvalho. "Viu a minha proposta, testou outras dezenas, voltou à proposta original. E o tempo passava. Foi nesse contexto que, de forma bastante elegante e polida, fiz uma brincadeira".

Seguidor convicto da literatura de espionagem e leitor ávido de Tintin e de toda a banda desenhada franco-belga, o jornalista guardara da juventude várias lições. "Quando ainda só editava uma *fanzine*, entrevistei uma senhora no Porto que me contou que, no tempo da ditadura, havia quem fizesse jogos de palavras com poesia, ocultando mensagens. Depois, claro, li o "Lótus azul", de Hergé, e fiquei fascinando com a maneira como as personagens comunicavam, usando mensagens à vista de todos, só decifradas por quem juntasse as duas primeiras letras de cada palavra". E havia ainda o filme "Um longo domingo de noivado", onde outra mensagem só se lia apagando o texto das margens.

Tendo de escrever o editorial da edição – e farto de esperar pela indecisão da administradora –, Carvalho põe mãos à obra. No lead, dá pistas aos leitores, em negrito. "A chave está na nossa mão". E escreve depois um texto sobre opções energéticas do país, coerente à primeira vista, mas que serve sobretudo para codificar uma mensagem, usando a primeira letra de cada frase.

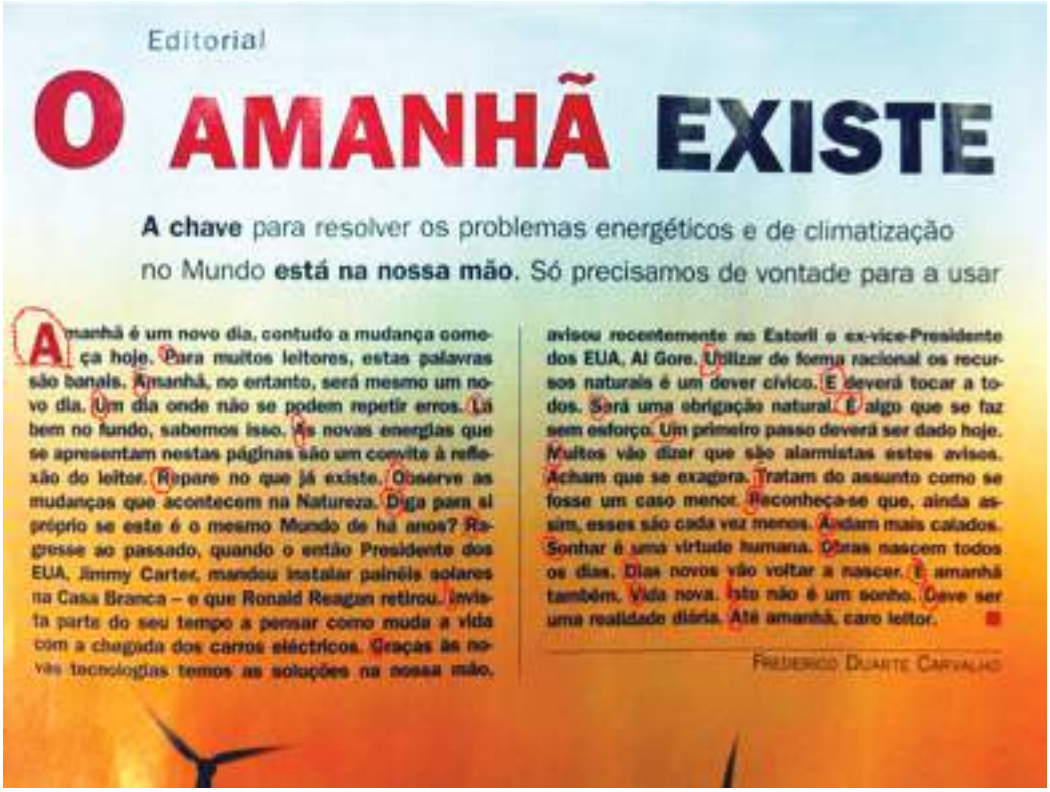
Inverosímil, mas eficaz. O texto passa por todos os crivos, incluindo a revisão de Carlos Ventura Martins, director de publicações do grupo. "Nem ele, nem Paula Rodrigues souberam... Vão saber agora", ri-se Frederico Duarte Carvalho. A mensagem codificada é: "A Paula Rodrigues é um atraso de vida". Semanas depois, Frederico Duarte Carvalho abandona a *Focus.* A revista é extinta um ano mais tarde, em 2012.

A CHAVE NAS SUAS MÃOS

Conceda-se que exemplos como este serão raros, mas não únicos na imprensa portuguesa. E muitos estarão perdidos nas hemerotecas, pois, sem a chave de leitura, tornam-se indecifráveis, vítimas inglórias do artesanato literário face à opressão de editores e empresas, governos e censuras, ou só reflexos do aborrecimento dos profissionais das letras.

O regime, naturalmente, dita o risco. Em ditadura, sob leis de censura e constrangimentos à própria liberdade, os autores destas tropelias literárias arriscariam mais e corriam inclusivamente o risco de a mensagem nem sequer ser lida. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, a revista *Mundo Gráfico,* afecta aos Aliados, põe em prática outro tipo de estratagema.

Sujeita à maior destreza da propaganda alemã durante os dois primeiros anos do conflito (admitida pelos próprios agentes ingleses na correspondência para Londres publicada por Neill Lochery em "Lisbon") e abalada pelas notícias das primeiras vitórias nazis, a redacção, dirigida por Artur Portela e Redondo Júnior, monta um curioso estratagema. Embora tenham de enviar todos os materiais à Censura, que zela pela neutralidade de tudo o que se publica em Portugal, os redactores percebem que as pala-



Editorial

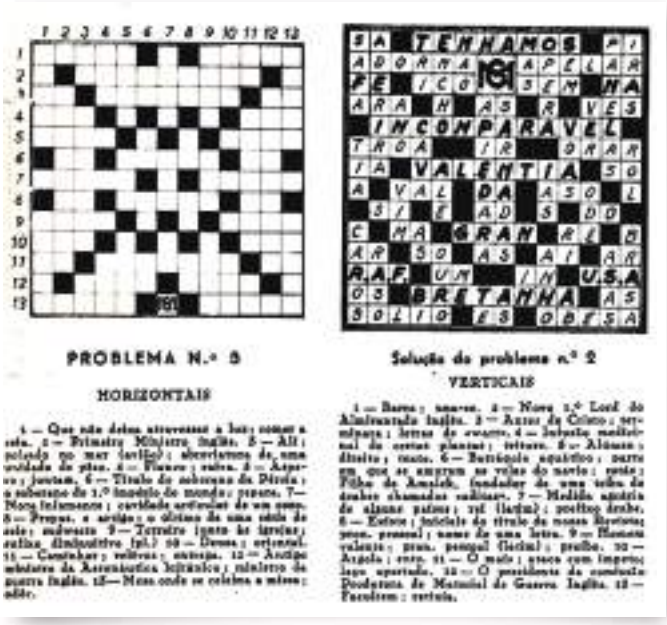
O AMANHÃ EXISTE

A chave para resolver os problemas energéticos e de climatização no Mundo **está na nossa mão**. Só precisamos de vontade para a usar

Amanhã é um novo dia, contudo a mudança começa hoje. Para muitos leitores, estas palavras são banais. Amanhã, no entanto, será mesmo um novo dia. Um dia onde não se podem repetir erros. Lá bem no fundo, sabemos isso. As novas energias que se apresentam nestas páginas são um convite à reflexão do leitor. Repare no que já existe. Observe as mudanças que acontecem na Natureza. Diga para si próprio se este é o mesmo Mundo de há anos? Regresse ao passado, quando o então Presidente dos EUA, Jimmy Carter, mandou instalar painéis solares na Casa Branca – e que Ronald Reagan retirou. Invista parte do seu tempo a pensar como muda a vida com a chegada dos carros eléctricos. Graças às novas tecnologias temos as soluções na nossa mão, avisou recentemente no Estoril o ex-vice-Presidente dos EUA, Al Gore. Utilizar de forma racional os recursos naturais é um dever cívico. E deverá tocar a todos. Será uma obrigação natural. É algo que se faz sem esforço. Um primeiro passo deverá ser dado hoje. Muitos vão dizer que são alarmistas estes avisos. Acham que se exagera. Tratam do assunto como se fosse um caso menor. Reconheça-se que, ainda assim, esses são cada vez menos. Andam mais calados. Sonhar é uma virtude humana. Obras nascem todos os dias. Dias novos vão voltar a nascer. E amanhã também. Vida nova. Isto não é um sonho. Deve ser uma realidade diária. Até amanhã, caro leitor. ■

FREDERICO DUARTE CARVALHO

O editorial de Frederico Duarte Carvalho no dia 20 de Novembro de 2010, na revista *Focus*. À primeira vista, um comentário inócuo sobre política energética. Com a primeira letra de cada frase, constrói-se uma frase diferente.



PROBLEMA N.º 5

HORIZONTAIS

Solução do problema n.º 2

VERTICAIS

Uma das soluções das palavras cruzadas do *Mundo Gráfico*, publicada em 15 de Novembro de 1940, constituía uma frase autónoma (a negrito).

vras cruzadas são um mecanismo para difundir mensagens de esperança.

A análise dos primeiros números da revista confirma que o estratagema surte efeito. As soluções só são publicadas na quinzena seguinte, pelo que, aos olhos dos censores, aparecem apenas os quadrados vazios.

Buliçoso, o *Mundo Gráfico* testa a sorte. No primeiro número, codifica um simples "God Save the King", desvendado em 30 de Outubro de 1940. Na quinzena seguinte, é mais ousado: "Tenhamos fé na incomparável valentia da Gran-Bretanha." [sic]. Algo se passa depois…

Uma leitura continuada da colecção revela que, a partir daí, fosse por zelo dos censores ou por queixa da embaixada alemã, a revista deixa de codificar frases nas soluções das palavras cruzadas. Havia demasiado em risco.

Numa entrevista concedida ao autor por Artur Portela Filho em 2015, o jornalista contou: "O meu pai foi director do *Mundo Gráfico*, uma revista que era o oposto de *A Esfera*, de ideologia nazi. Passou por tempos difíceis até pela cumplicidade do regime com a política alemã. Lembro-me de passeios pela Baixa de Lisboa com o meu pai e de haver certos locais que se evitavam e de outros onde o teor das conversas tinha de ser modificado. Tudo era escrutinado".

De Madrid, Pedro Teotónio Pereira, embaixador em Espanha, escreve também a Salazar, em Maio de 1941, queixando-se: "Aqui vende-se em grande quantidade a revista de propaganda inglesa – em português, *Mundo Gráfico*. Não sei o que se poderá fazer, mas isso presta-se bastante às campanhas dos falangistas contra Portugal".

A questão não era exclusivamente jornalística – era também diplomática e, no Verão de 1941, o regime apertou o cerco sobre as duas revistas de propaganda.

Mundo Gráfico e *A Esfera* existiram quase até ao final da guerra, mas não há registo de que tenham voltado a usar a literatura para dissimular mensagens.

À VISTA DE TODOS

Nem só com palavras cruzadas ou acrósticos se codificaram mensagens. Na Primavera de 1949, o Partido Comunista Português sofre um dos maiores reveses da sua história. Numa operação concertada no Luso, a polícia política prende Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia

SPORTING, 2—PORTO, 0

QUEM TRAVARÁ OS «LEÕES»?

...NÃO TIVERAM CUBILLAS

O lead da crónica do jogo Sporting-FC Porto, publicada em 18 de Março de 1974, no jornal *República*. Eugénio Alves estruturou uma mensagem de apoio aos revolucionários.

Ferreira numa casa clandestina. Os três são levados para a sede da PIDE no Porto.

Amigos e camaradas temem pela sobrevivência dos três e decidem pôr em prática um plano ousado: se o país e o mundo forem informados de imediato das detenções, tornar-se-á mais difícil ao regime explicar o desaparecimento de qualquer um deles.

Informados por uma empregada de limpeza da detenção dos três dirigentes comunistas nas instalações da Rua do Heroísmo, Virgínia Moura, António Lobão Vital, Osvaldo Santos Silva e Manuel de Azevedo decidem replicar o método que tinham lido na literatura policial – particularmente na obra "Escaravelho de ouro", de Edgar Allan Poe.

Mandam publicar, nos classificados de *O Primeiro de Janeiro*, um anúncio diabolicamente simples, no dia 30 de Março: "Álvaro Cunhal Duarte, Advogado (Rua do Heroísmo), vem por este meio agradecer a todos os seus Amigos os cuidados manifestados pelo seu estado de saúde, na impossibilidade de o fazer pessoalmente".

Para a PIDE, é um revés. A detenção é anunciada cedo de mais. "Duarte" é o nome clandestino de Cunhal. E o *Janeiro,* como se confirma por uma circular da polícia política de meados dessa década ("Como identificar as actividades clandestinas do PCP"), é lido pelos membros do partido instalados no Norte.

Rogada a opção de prolongar impunemente a tortura, a PIDE toma a direcção contrária – organiza uma conferência de imprensa e reconhece as detenções, ufanando-se também de ter descodificado a mensagem cifrada no jornal.

CÓDIGOS PRÉ-REVOLUCIONÁRIOS

Eugénio Alves é, por natureza, inconformado. Começara por frequentar o curso de Direito em Lisboa, antes de transitar para a Faculdade de Letras. Pelo meio, em 1971, ingressa no *Diário de Lisboa.*

No início da década, Veiga Simão, o ministro da Educação, enviara para as faculdades os "vigilantes", funcionários destacados para denunciarem os comportamentos suspeitos dos estudantes, cada vez mais inquietos. Eram, de alguma maneira, os olhos do regime no meio académico. Os estudantes, esses, tratam-nos por "gorilas", reconhecendo a hostilidade crescente.

Sempre fora tradição no *Diário de Lisboa* celebrar o aniversário do jornal no dia 7 de Abril com uma edição volu-

Sábado, 7 de Abril de 1973

Gorila: O VIGILANTE DA SELVA

Eugénio Alves

Indígenas de uma tribo da África Equatorial contam dos gorilas: «são muito desconfiados. Escondem-se onde calha, sobretudo nas árvores, para apanhar os animais ou homens desprevenidos.

As enciclopédias explicam que os gorilas são mamíferos antropomorfos (macacos de forma humana). Dizem também que as semelhanças com os seres humanos são evidentes ou mais nítidas nos fetos ou nos gorilas mais jovens.

Com o crescimento ou nas idades mais adultas essas semelhanças alteram-se bastante, especialmente nos machos.

O cérebro dos chamados «vigilantes da selva» (gorilas) é muito pouco desenvolvido em comparação com os restantes antropomorfos.

Segundo descrições antigas os gorilas vivem em grandes bandos. Ao que parece essa é a melhor forma de se defenderem ou atacarem os seus numerosos inimigos.

Marcham geralmente apoiados nos quatro membros, com a cabeça e o peito muito levantados, devido ao desenvolvimento desproporcionado dos membros anteriores.

O macho é extremamente feroz, tanto pelos seus instintos como pelo seu aspecto. Alguns — sobretudo quando estão em grandes bandos desafiam os inimigos de pé, batendo no peito com os punhos fechados e soltando rugidos enormes e aterradores.

Por vezes sentam-se para bater no peito e para rugir, fitando o adversário com fúria.

Alguns curiosos destas coisas da Zoologia afirmam que os reis da selva têm grande apreço por estes mamíferos de forma humana.

Outras tribos há, que repelem absolutamente este animal porque uma velha superstição (dizem que religiosa) os faz crer que os gorilas são verdadeiros homens.

LEIA motor

A crónica de Eugénio Alves publicada no *Diário de Lisboa* de 7 de Abril de 1973. Os "gorilas" eram os "vigilantes" das universidades.

mosa e original. Os jornalistas, por um dia, dispõem de pretexto para uma crónica livre.

A oportunidade apresenta-se a Eugénio Alves. Em 1973, o tema dos "gorilas" está na agenda e o jornalista decide testar os limites da Censura. Está a ler uma enciclopédia animal emprestada por Alexandre Alhinho e pára na página sobre os gorilas. "Estava mesmo a pedi-las", conta, com uma gargalhada.

Produ a crónica no equilíbrio tenso dos duplos sentidos. "Gorila, o vigilante da selva" – é o título publicado no dia 7 de Abril de 1973, com a fotografia de um primata. "São muito desconfiados", escreve. "Escondem-se onde calha, sobretudo nas árvores, para apanhar os animais ou homens desprevenidos. (…) O cérebro dos chamados vigilantes da selva (gorilas) é muito pouco desenvolvido em comparação com os restantes antropomorfos".

O atrevimento corre bem. Bem de mais. A Associação de Estudantes de Direito afixa o recorte, rapidamente rasgado pelos visados. Multiplicam-se as fotocópias. E pior: o jornal envia Eugénio Alves à faculdade para outra reportagem. Reconhecido, o jornalista é forçado a identificar-se, sob pressão dos "gorilas". "O Rui Pacheco, o fotógrafo, estava aterrorizado", conta Eugénio Alves. "Lá conseguimos sair, sob pretexto de que só me identificaria perante o director da faculdade. E os membros da Associação de Estudantes ajudaram a criar uma barreira, enquanto o Cesário Borga, contactado telefonicamente na redacção, só me ordenava: 'Despacha-te, organiza-te'".

Ruela Ramos, o director, ri-se da blague. Eugénio Alves decide repeti-la quando a ocasião o permitir. Meses mais tarde, em Outubro de 1973, nas semanas que antecedem as eleições, a oposição é autorizada a organizar comícios, embora venha a desistir antes da ida às urnas. No dia 1 de Outubro, Pedro Alvim e Eugénio Alves assistem, no Cine-Teatro Carlos Manuel, em Sintra, à sessão de apresentação dos candidatos da Oposição. Alvim entusiasma-se com o fervor democrático. Escreve: "Pode afirmar-se sem exagero que estavam presentes três mil democratas de ambos os sexos". Não estavam…

Três de Outubro, dois dias mais tarde. Eugénio Alves tem agora a missão de noticiar a primeira sessão da Acção Nacional Popular, no Cinema Vox. "Foi das poucas vezes na minha vida em que ignorei o esquema da pirâmide invertida", conta. Decide começar por explicar que o espaço tem lugar para 539 pessoas, listando depois todos os dignitários. No segundo parágrafo, indica que "cerca de 300 pessoas (…) ocupavam a sala". Quem lesse os textos,

Gala da TVI Jessica "Moura" Rabbit

Roland

NO AUSTERO *PÚBLICO*

Bizarro, mas real, também o *Público* tem pelo menos um episódio de um acróstico secreto, publicado nas páginas do suplemento P2. Rotina ingrata, que poderia caber a qualquer um na redacção, foi distribuída no dia 23 de Fevereiro de 2007 a um redactor não identificado. O serviço era tonto – a cobertura da Gala da TVI, em dois parágrafos. Não admira que tenha sido cumprido com espírito mordaz e conspirativo. Codificando a primeira palavra de cada frase, o redactor anónimo escreveu a sua opinião. "A Gala da Quatro Foi Uma Merda".

publicados em dias consecutivos, perceberia a mensagem: a participação em cada acção de campanha era bastante desigual. O ardil engana a Censura, mas não o Palácio Foz.

"Um dia mais tarde, veio a ordem de que, a partir daquele momento, estavam proibidas as referências ao número de participantes nas campanhas", recorda. Cinco meses volvidos, após a fracassada tentativa de golpe militar de 16 de Março de 1974, Eugénio Alves tem o seu golpe de génio.

CÓDIGOS NO FUTEBOL

Gorada a primeira tentativa de revolução por deficiente articulação entre os militares envolvidos e por brechas de segurança entre os conspiradores, o moral está em baixa. Poderá a ditadura cair de madura ou o "golpe das Caldas" será apenas mais uma tentativa falhada? No dia 17, a vida regressa à normalidade em Lisboa e, no Estádio José Alvalade, Sporting e FC Porto medem forças. Enquanto os "leões" derrotam o adversário nortenho, uma ideia perpassa pelo cérebro de Eugénio Alves, então já editor de Desporto do *República.*

Uma crónica codificada para moralizar os revoltosos. Jogando com as palavras, como já mostrara que sabia fazer, Eugénio pergunta: "Quem travará os leões?", na edição de 18 de Março. "Os muitos nortenhos que no fim-de-semana avançaram até Lisboa, sonhando com a vitória, acabaram por retirar, desiludidos pela derrota. O adversário da capital está mais bem organizado e apetrechado (sobretudo bem informado da sua estratégia), contando ainda com uma assistência fiel, fez abortar os intentos dos homens do Norte. Mas, parafraseando o que em tempos dissera um astuto comandante, 'perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra'". À cautela, Eugénio Alves informa apenas Sereno, o funcionário da tipografia que compunha o jornal a chumbo, e escreve duas crónicas. "Se a Censura cortasse a primeira, entrava a segunda e o jornal não se atrasaria", diz. Nem o director Raul Rego, nem o director-adjunto Vítor Direito são informados.

Enviados especiais estrangeiros pressentem no ar de Lisboa o aroma da conspiração. Num artigo publicado no *Le Monde* no dia seguinte, Dominique Pouchin fala da estranha crónica cifrada do *República.* A BBC e o jornal sueco *Expressen* fazem o mesmo, amplificando o caso. Do Palácio Foz, surge a ordem para o *República* passar a prestar provas de página por tempo indeterminado (será até à revolução).

Surtiu efeito? Em "Alvorada em Abril", livro publicado já depois da queda do regime, Otelo Saraiva de Carvalho reproduz a crónica e escreve: "Lemo-la como uma mensagem de confiança. Era optimista e estimulante. Em pensamento, enviei o meu forte abraço ao articulista desconhecido e amigo. Dava-lhe plena razão". Um mês depois, a revolução está na rua.

Aqui chegados, dirá o leitor que estes exercícios literários são mais fúteis do que práticos e que raramente terão sido usados na imprensa portuguesa. Convido-o, porém, a reler esta crónica, aproveitando a primeira letra de cada parágrafo. Talvez se surpreenda.

5.º Congresso marcado para janeiro

"Jornalismo, Sempre" é o lema do 5.º Congresso dos Jornalistas, que se realiza entre 18 e 21 de janeiro de 2024 no Cinema São Jorge, em Lisboa. As inscrições para o evento – tal como na edição anterior, em 2017, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, o Clube de Jornalistas e a Casa da Imprensa – foram abertas em novembro.

Jornalistas e estudantes do ensino superior da área da comunicação que se inscreverem até 17 de dezembro terão direito a um desconto de 50%. As comunicações poderão ser apresentadas até 15 de dezembro, através do e-mail sj@sinjor.pt.

Ética, deontologia, precariedade, financiamento do Jornalismo, formação e acesso à profissão são alguns dos temas integrados no programa do congresso, que não deixará de proporcionar também o debate de questões mais específicas, como o Jornalismo de investigação e o Jornalismo de Proximidade. No ano em que se comemora o 50.º aniversário do 25 de Abril, está previsto um conjunto de iniciativas, entre 15 e 17 de janeiro, destinadas a assinalar a data-chave da instauração da democracia em Portugal.

Abertas candidaturas ao Prémio Vicente Jorge Silva

As candidaturas à terceira edição do Prémio Jornalismo de Excelência Vicente Jorge Silva, instituído pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), em parceria com o Clube de Jornalistas, estão abertas até 31 de dezembro. O anúncio foi feito a 8 de novembro, dia em que simultaneamente se assinalou a data de nascimento do jornalista e o 40.º aniversário do Clube.

"A cultura e a língua portuguesas são para a INCM um património, de valor incalculável, que deve ser mantido, desenvolvido e divulgado, independentemente do estilo, forma de expressão ou suporte em que é veiculado", sustenta a entidade, reconhecendo o "inequívoco contributo cultural e social que o Jornalismo presta à sociedade". São estes os valores a consagrar neste prémio, "que nos permite também homenagear uma figura incontornável do Jornalismo português e assim engrandecer o legado que nos deixou a todos como cidadãos".

MIGUEL SILVA

Instituído em 2020, o prémio atribui anualmente uma bolsa para a investigação jornalística no valor de 5000 euros. Podem candidatar-se jornalistas de qualquer nacionalidade, desde que sejam titulares de carteira profissional, de cartão de equiparado a jornalista, de cartão de correspondente estrangeiro ou de título provisório de estagiário, autores de trabalhos publicados ou difundidos em órgãos de comunicação social portugueses, durante o ano de 2022. As candidaturas, apresentadas exclusivamente online, devem ser submetidas através do preenchimento do formulário disponível em www.premiovicentejorgesilva.pt.

Na edição deste ano, o júri, presidido por Nicolau Santos (RTP), é ainda composto pelos jornalistas David Pontes, João Vieira Pereira e Luísa Meireles – diretores, respetivamente, dos jornais *Público* e *Expresso* e da Agência Lusa, além de Francisco Belard, vice-presidente da Direção do Clube de Jornalistas, cuja representação assegura.

Em 2021, na primeira edição do Prémio Jornalismo de Excelência Vicente Jorge Silva, a vencedora foi a jornalista Isabel Lucas, graças ao artigo "Estados Unidos da América, crónica de uma (des)união", publicado no *Público*. O trabalho multimédia "Por ti, Portugal, eu juro!", assinado no *Divergente* por Sofia da Palma Rodrigues, Diogo Cardoso e Luciana Maruta, foi distinguido no ano passado.

Por Mário Rui Cardoso > mario.cardoso@rtp.pt

https://brown.columbia.edu/announcing-2023-magic-grants

AS "BOLSAS MÁGICAS" 2023/2024

Estão em andamento os projetos de investigadores das universidades de Stanford e de Columbia distinguidos com as chamadas "bolsas mágicas" do Brown Institute for Media Innovation para o período 2023-2024. Como de costume, nestas bolsas, os projetos exploram interdisciplinaridades e possíveis inovações do trabalho criativo e do trabalho jornalístico, através dos desenvolvimentos tecnológicos. Assim, este ano, quase metade dos 12 projetos selecionados explora os usos práticos da inteligência artificial (IA) generativa – e medidas de proteção contra a mesma – no âmbito do Jornalismo. Exemplos: uma ferramenta de IA para melhorar a edição de gráficos animados; outra para simplificar tarefas no Jornalismo de Dados; e outra ainda, "The Commons", para ajudar jornalistas a analisar bases de dados com comentários dos cidadãos à ação das agências federais norte-americanas.

Vários projetos, também, colocam o foco em formas inovadoras de contar as histórias de comunidades vulneráveis. "Breaching the Perimeter" quer constituir-se como uma base de dados e plataforma de visualização que documenta exemplos de repressão política e de perseguição na Rússia. "California Floods: A Living Archive" pretende aplicar tecnologia de realidade virtual para contar as histórias das comunidades de Pajaro Valley, constantemente sujeitas a inundações.

O objetivo de "The Kitchen Project" é denunciar casos de discriminação racial, em particular contra mulheres, a partir da experiência sensorial de uma cozinha asiática. "Nuestras Hijas: A Multimedia Archive+Memorial" propõe misturar Jornalismo, estatísticas, ativismo comunitário e tecnologia para nos lembrar que, no México, dez mulheres são assassinadas em cada dia. Projetos promissores, merecedores de atenção.

www.niemanlab.org/2023/06/ai-will-soon-be-able-to-cover-public-meetings-but-should-it

UM "REPÓRTER" CHAMADO "PAUL"

Sophie Culpepper apresenta, num artigo na NiemanLab, um exemplo muito esclarecedor da velocidade a que a IA generativa tem vindo a evoluir, e que deixa poucas dúvidas sobre a inevitabilidade da sua aplicação generalizada, mais tarde ou mais cedo, no Jornalismo. A experiência tem vindo a ser desenvolvida por Mark Talkington, diretor do *The Palm Springs Post* (www.thepalmspringspost.com), em conjunto com Peter Loforte, engenheiro e antigo vice-presidente da Microsoft. Animado pelo sucesso do *The Palm Springs Post* – que atingiu os 14 mil subscritores numa cidade com apenas 45 mil pessoas –, Talkington deseja lançar um segundo título destinado a fazer a cobertura jornalística de todo o Vale de Coachella. E, no processo, pretende explorar todas as potencialidades da IA generativa.

As primeiras experiências de Talkington com o Bing, da Microsoft, utilizado para resumir notícias, não funcionaram. Estavam cheias das chamadas "alucinações", erros factuais básicos. Para o ajudar, chamou Peter Loforte, que tinha sido capaz de criar uma ferramenta de IA habilitada a participar em conferências e a escrever resumos delas. "Maria", como foi batizada, foi concebida para uma conferência em Palm Springs sobre os efeitos das alterações climáticas no Lago Salton. Ela surpreendeu pela capacidade de resumir a crise climática que afeta aquele lago da Califórnia e de apresentar potenciais soluções para a enfrentar. Surgiu, inclusivamente, com soluções que não tinham sido abordadas na conferência e gerou uma lista de empresas e universidades com investigação relevante na área.

Talkington pediu então a Loforte que desenvolvesse uma ferramenta parecida, mas adaptada às necessidades do Jornalismo. Assim nasceu um repórter artificial chamado "Paul", que tem vindo a ser testado em conferências transmitidas em direto ou diferido no YouTube. "Paul" exibiu uma capacidade muito significativa para perceber o que é dito numa conferência, para o sintetizar e expor numa história contada sem "alucinações". Mas apenas conseguiu ordenar os factos por ordem cronológica, e não pela ordem de importância característica da estrutura jornalística. "Paul" ainda não é perfeito e, por isso, Talkington ainda não publica as suas histórias. Mas, nestes poucos meses, já o conseguiu melhorar, fornecendo-lhe mais informação de base sobre diferentes tópicos, mais contexto e até orientações sobre o estilo de escrita que se pretende. A ponto de "já escrever melhor do que muita coisa que é publicada por humanos", diz Talkington.

Claro que a questão que fica é: vai a IA generativa ajudar os jornalistas, tornando-os mais produtivos, ou irá substituí-los?

www.niemanlab.org/2023/06/people-dont-want-robots-picking-their-headlines-but-they-dont-really-want-editors-doing-it-either

UMA DESCONFIANÇA GENERALIZADA

A nova centralidade das redes sociais, motores de pesquisa, agregadores de notícias e outras plataformas que utilizam algoritmos para selecionar as informações que chegam aos utilizadores tem dado origem a muita investigação sobre os impactos deste novo ecossistema. Já ficou mais ou menos claro, a partir dessas investigações, que o fenómeno de enclausuramento das pessoas em "bolhas de informação" existe, porque a oferta de informação pelos algoritmos não é particularmente diversa, mas eles não têm contribuído para um acentuar desse

fenómeno; pelo contrário, tem havido até um ligeiro aumento da diversidade, pelo menos no que toca à exposição às notícias.

Menos estudado tem sido aquilo que as pessoas pensam sobre a forma como a informação lhes chega, como ela é selecionada. Richard Fletcher e Nic Newman, do Reuters Institute for the Study of Journalism (https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk), isolam neste artigo na NiemanLab a parte do "Digital News Report 2023" que diz respeito a essa temática, das perceções dos utilizadores sobre os modos de seleção das notícias.

À pergunta "considera positivo que as notícias lhe cheguem selecionadas automaticamente por um algoritmo com base naquilo que consumiu anteriormente?", apenas 30% responderam "sim". E com base "naquilo que os seus amigos consumiram anteriormente" menos ainda – apenas 19% responderam afirmativamente. Uma questão idêntica foi colocada sobre notícias selecionadas por "editores e jornalistas", com respostas igualmente céticas – apenas 27% de impressões positivas relativamente a essa "seleção humana" das notícias. O que terá a ver com uma perceção generalizada de que existe sempre um elemento "tendencioso" na forma como são escolhidas as notícias, seja ela automática ou não.

Ou seja, existe aquilo a que Fletcher e Newman chamam "um ceticismo generalizado" relativamente à forma como as notícias são selecionadas, na média dos 46 países analisados no "Digital News Report 2023". Os autores sublinham os "níveis razoavelmente elevados de preocupação com o facto de as notícias 'altamente personalizadas' poderem fazer com que se perca informação importante (48% a pensarem assim) ou que se acabe exposto a menos pontos de vista diferentes (46%)".

Resultados desafiantes os deste inquérito, numa altura em que "os desenvolvimentos da IA generativa deverão colocar ainda mais o foco no papel dos algoritmos no processo de seleção e compreensão das notícias". Numa altura, também, em que "os *media* sociais, competindo por atenção e publicidade, querem antes de mais otimizar o envolvimento [das audiências], descurando o aumento da qualidade, da confiança ou da diversidade".

https://leica-camera.com/en-int/photography/cameras/m/m11-p-black

A CÂMARA QUE COMBATE A DESINFORMAÇÃO

A facilidade com que são manipuladas imagens no mundo digital levou a Leica a desenvolver um modelo de câmara fotográfica, a M11-P, que permite colocar automaticamente "marcas de água" nas fotografias, tornando-as mais seguras contra edições posteriores. A máquina incorpora as *content credentials* criadas pela Content Authenticity Initiative (https://contentauthenticity.org) e pela Coalition for Content Provenance and Authenticity (https://c2pa.org), a primeira "um grupo de criativos, técnicos, jornalistas e ativistas envolvidos no combate à desinformação digital e pela autenticidade dos conteúdos", e a segunda dedicada ao "desenvolvimento de normas e especificações técnicas para a certificação universal da origem dos conteúdos". Estas duas entidades criaram o sistema de *content credentials* como resposta à utilização crescente da IA generativa para espalhar desinformação online.

A M11-P agrega as *content credentials* às fotografias no momento da captura, gerando uma cadeia de autenticidade nas possíveis utilizações posteriores das imagens e proporcionando ao autor, por conseguinte, um maior controlo sobre o seu trabalho.

Estas *content credentials* consistem na captura de metadados específicos sobre a fotografia, tais como a câmara que foi utilizada, a localização, a hora e outros detalhes da imagem, e no seu posterior armazenamento, juntamente com a fotografia, através de uma chave criptográfica. Essas credenciais podem ser verificadas online ou na aplicação Leica FOTOS.

Sempre que alguém edita essa fotografia, as mudanças são gravadas e atualizadas nas informações sobre a fotografia e as partilhas da imagem nas redes sociais atualizadas na base de dados das *content credentials.* Os utilizadores destas fotografias online podem clicar nos ícones "CR", nos cantos das mesmas, para abrir toda a cronologia de edições e partilhas dessas imagens, podendo-se dessa forma – presume-se – reconstruir todo o percurso até ao autor.

Média e Jornalismo em Portugal
J-M. NOBRE-CORREIA
Almedina, 2023

Paulo Martins

A mais recente obra de Nobre-Correia sistematiza ideias que foi lançando durante anos, sobretudo em artigos de Imprensa, agora reeditados. Sem lhe retirar interesse, a opção torna o livro algo repetitivo. Tem, no entanto, se outros não fossem detetáveis, o inegável mérito de provar à saciedade que, para mal dos lusos pecados, muito pouco mudou desde o primeiro artigo. Ou, se mudou, foi para pior.

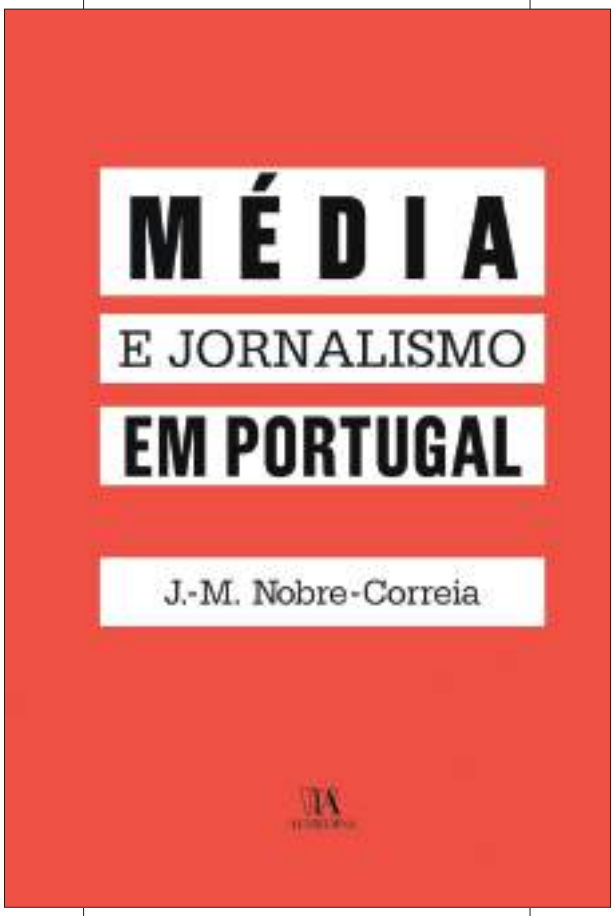
Exercício em grande parte empreendido a partir do básico, no sentido de essencial – a análise das técnicas jornalísticas entre nós prevalecentes, sem desvalorizar as dimensões ética e deontológica – este livro traça o diagnóstico e propõe um par de "terapias", que devem ser incorporadas no debate, se para ele estiverem disponíveis os poderes públicos e os agentes do setor.

Não é difícil concordar com a descrição do estado dos *media* em Portugal, realizada tomando em consideração as difíceis condições de produção e a precariedade laboral. Isto porque acolhe uma multiplicidade de ingredientes: crónico atraso de desenvolvimento tecnológico; menor número de jornais diários e mais baixa taxa de leitura no quadro comunitário; uma "paisagem mediática árida, pobre e desequilibrada", que ao concentrar-se em Lisboa e no Porto se fecha às realidades e dinâmicas do interior do país; meios de comunicação regionais com escassa expressão, etc., etc. A comparação com o panorama de países europeus, que o autor bem conhece, deveria fazer-nos corar de vergonha também na área editorial, marcada pelo predomínio do futebol na agenda noticiosa, a "folhetinização" na abordagem de temas, a avassaladora presença de comentadores, jornais televisivos intermináveis, "diretos" inúteis ou entrevistas convertidas em duelos.

Constatando a indiferença, mãe da passividade, do universo político perante a grave situação – que não tem de ser encarada como uma fatalidade – Nobre-Correia sustenta que a "reconstrução" do setor pressupõe medidas como o reforço dos poderes da Entidade Reguladora para a Comunicação, incluindo o seu perímetro de intervenção, ou o reequacionamento da conceção editorial e económica dos jornais – de que também deve fazer parte a valorização da língua portuguesa, cujo potencial de expansão, pelo menos nos países lusófonos, não parece ser compreendido pelas empresas.

O "Fundo para o Pluralismo dos Média e da Informação Jornalística" é a mais ambiciosa das propostas. Apresentada por Nobre-Correia no *Público*, em crónica de março de 2016, adquire agora estruturação e consistência, sendo um bom ponto de partida para a discussão. Com características transversais, da produção à distribuição, convoca financiamento público e privado, que o próprio reconhece não ser abundante. Trata-se, todavia, de um investimento a ponderar numa perspetiva mais lata: "se quisermos paralelamente relançar também a noção de democracia no sentido pleno e plural da palavra".

A expressão "se quisermos" dirige-se a quem detém poder para alterar o estado das coisas, mas não deixa de interpelar todos os cidadãos. Desde logo, aqueles a quem são feitas perguntas diretas: "Por onde andam os jornalistas? Que sítios frequentam no dia a dia? Com que gente lidam habitualmente?" Um exame de consciência é sempre recomendável. Muitos profissionais não saem das redações, alguns "perderam o sentido da modéstia". Serão estas as vias mais adequadas para garantir que o Jornalismo ainda "é e tem de ser uma profissão que nos diz como vai o mundo em que vivemos"?



Criação de "Fundo para o Pluralismo dos Média e da Informação Jornalística" é a mais ambiciosa das propostas

Da incerteza como princípio – Jornalismo, democracia, decadência da verdade
JOÃO FIGUEIRA
Labcom, 2023

Carlos Camponez

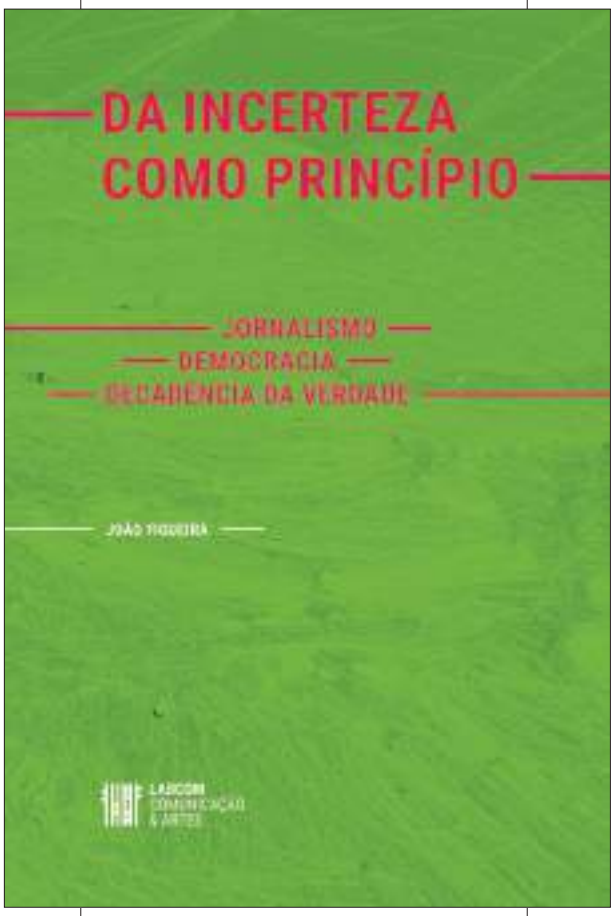
O mais recente livro de João Figueira, "Da incerteza como princípio – Jornalismo, democracia, decadência da verdade", traz-nos um tríplice olhar sobre o Jornalismo: o do académico; o do jornalista; e o do cidadão. Dessa abordagem nasce esta obra com um caráter ensaístico, surgida de interpelações geradas nos espaços de aula, mas também de décadas de experiência profissional, cruzadas com uma preocupação com a democracia e a cidadania.

O livro, uma edição do Labcom, da Universidade da Beira Interior, está organizado em três partes – "Jornalismo no seu labirinto", "Intermitências da democracia" e "Emoções, mentiras e fantasia", num total de 12 capítulos. Nesse percurso, o autor debruça-se acerca dos problemas do Jornalismo contemporâneo, sobre a ligação com os problemas da cidadania e da democracia, terminando por trabalhar especificamente as questões do contexto mediático resultante do ecossistema digital contemporâneo.

Recuperando o conceito de auto-hermenêutica, para que os jornalistas possam compreender o alcance e complexidade da sua ação através de um pensamentp reflexivo acerca da informação produzida, João Figueira defende, na linha de Ryszard Kapuscinski, que o Jornalismo é intencional e na sua intencionalidade deve servir a democracia. Para o efeito, deve começar por tratar o público como cidadão e não apenas como consumidor ou como membro de audiências.

Nesta linha de pensamento, João Figueira procura regressar ao que se poderia identificar como uma certa epistemologia do Jornalismo. Para o efeito, procede a um muito rico cruzamento do pensamento e experiências de autores e de jornalistas, onde pontificam nomes como Michel Foucault, Walter Lippmann, John Dewey, Roberyt Park, Mario Vargas Llosa, Ryszard Kapuscinski, Gabriel García Marquez e Martha Gellhorn, entre muitos outros.

Deste modo, e não obstante a abordagem "de travo pessimista" – em que, parafraseando Eco, os piores diagnósticos sobre o presente são justamente os realizados pelos autores contemporâneos – o livro não nos deixa num beco sem saída. Sem iludir os desafios atuais, o autor defende que o Jornalismo deve delimitar rigorosamente o seu campo de ação, evitando deixar-se seduzir pela lógica das redes sociais, proceder a um distanciamento crítico face às pretensas imposições da tecnologia e assumir-se como um poder transformador num compromisso radical com a democracia.



Jornalismo deve assumir-se como um poder transformador, num compromisso radical com a democracia

Essa abordagem implica uma nova forma de ver o Jornalismo, enquanto profissão, mas também como projeto empresarial comprometido. A este propósito, durante a apresentação do livro, que decorreu no dia 19 de outubro em Coimbra, o jornalista Miguel Carvalho salientou que a luta pela liberdade de informar no Jornalismo já não se faz hoje apenas contra os poderes tradicionais, mas tem de se fazer também no interior das redações, contra os proprietários dos *media*. Por seu lado, Pedro Crisóstomo, jornalista do *Público*, salientou como as novas tecnologias, a par das vantagens oferecidas ao Jornalismo, têm servido também para sangrar as redações e submeter os jornalistas a um controlo das audiências, ao ponto de já se fazer depender delas a sua remuneração. As audiências são o novo valor-notícia, referiu.

Para além de artigos e publicações que coordenou com outros autores, este é o quarto livro que João Figueira dá à estampa, depois de "Os jornais como atores políticos", "Jornalismo em liberdade" e "O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)".

25 de Novembro, o depois
RIBEIRO CARDOSO
Caminho, 2023

Eugénio Alves

Lançado seis meses após a morte do seu autor, "25 de novembro, o depois" é dedicado "aos militares de Abril que, após o 25 de novembro, foram despudoradamente tratados pelos seus pares, julgados sem direito a defesa".

Como salienta Ribeiro Cardoso nas notas finais, esta obra é a "continuação" de outro trabalho seu, "O 25 de Novembro e os media estatizados". Publicado em 2017, constitui um extenso documento que, a par do relato do movimento militar que levou à prisão e afastamento de numerosos oficiais, sargentos e praças narra, ao pormenor, o saneamento arbitrário e compulsivo de mais de uma centena de jornalistas e outros profissionais de informação dos jornais, rádio e televisão do Estado. O que explica a redução para cerca de 200 páginas deste póstumo original, com a envergadura do anterior, algo que Vasco Lourenço lamentou no lançamento do livro, que decorreu no repleto auditório da Associação 25 de Abril, em Lisboa.

Convidado, ainda vida, pelo autor para a apresentação da obra, Carlos Matos Gomes acabou por preencher de algum modo parte do contexto ausente do "encolhido" trabalho de Ribeiro Cardoso. As movimentações golpistas da Direita militar – que não conseguiu o objectivo final de inverter de forma radical os caminhos de Abril – traduziu-se, afinal, como sublinhou o escritor e militar, numa deliberada caça ao homem, ou seja, o afastamento de centenas de militares que libertaram o país da ditadura. Matos Gomes foi ainda mais longe, ao inserir o 25 Novembro no âmbito mais vasto da estratégia imperial norte-americana, no confronto com o espaço de influência soviética.

No livro, Ribeiro Cardoso narra múltiplos exemplos de oficiais presos em condições indignas e vítimas de um kafkiano processo de afastamento da vida militar e diminuídos ou despojados de direitos profissionais.

No capítulo "Os tenente-coronéis de Novembro é que chegaram a generais", descreve-se o fenómeno "estranho mas muito significativo e pouco falado: enquanto os principais capitães de Abril foram perseguidos e prejudicados nas suas promoções, os tenente-coronéis de Novembro subiram meteoricamente ao generalato", acrescentando-lhes o autor os oficiais spinolistas, "devidamente absolvidos do 11 de Março".

"Abril nos quartéis de Novembro", livro dos jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso publicado em 1979, é, significativamente, citado pelo autor. Ribeiro Cardoso confessa que esse era o título que gostaria de ter dado ao seu livro, por nele se relatarem, com novos dados e nomes, vários casos exemplares de perseguição e humilhação causados aos que arriscaram vida e liberdade para terminar com a ditadura.

Livro narra múltiplos exemplos de oficiais presos em condições indignas e vítimas de um kafkiano processo

Noutro capítulo, Ribeiro Cardoso transcreve a "Carta aberta aos militares revolucionários presos", dos catedráticos Ruy Luis Gomes e José Morgado, onde, a dado passo, os dois destacados símbolos da resistência à ditadura salazarista afirmam: "…Aquilo que a reacção não conseguiu no 28 de Setembro, nem no 11 de Março, conseguiu-o no 25 de Novembro, colocando homens do MFA contra homens do MFA, acabando uns por serem considerados vencidos e outros por se considerarem vencedores, transformando uns em prisioneiros e outros em carcereiros".

Noutro passo, lembram que os "pides e sabotadores da economia nacional ainda não foram julgados e muitos deles estão à solta no País e no estrangeiro conspirando", enquanto militares, como os que tiveram papel relevante na libertação dos presos políticos de Peniche e Caxias, "encontram-se agora na prisão". JJ

INATEL
FUNDAÇÃO

Locais

Oeiras/Lisboa
5 a 7 janeiro

S. Pedro do Sul
2 a 4 fevereiro

Caparica
1 a 3 março

Graciosa
20 a 24 abril

Foz do Arelho
30 maio a 2 junho

TRILHOS INATEL 2024

Inscrições

Venha Trilhar o País com a Fundação INATEL

APROVEITE OS DESCONTOS EM INSCRIÇÕES ANTECIPADAS!

+ Exercício +Turismo + Natureza

FUNDAÇÃO **INATEL** | INOVAÇÃO SOCIAL | TURISMO | DESPORTO | CULTURA

apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

COMPROMISSO COM AS PESSOAS

PARA MAIS E MELHOR VIDA

OS MEDICAMENTOS INOVADORES PERMITEM QUE HOJE VIVAMOS MAIS, COM MAIS SAÚDE E MAIS QUALIDADE DE VIDA.

+ 10 anos
esperança de vida

+ 110 mil
mortes evitadas

560 M€
poupança anual no Sistema de Saúde

* Impacto dos medicamentos inovadores em Portugal no tratamento de 8 doenças no período entre 1990 e 2015.